



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: ELISEU GABRIEL

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 19/08/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Bom dia. Declaro abertos os trabalhos da 2ª Audiência Pública do PL 573/2021.

Para compor a Mesa, convido as Sras. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto, Professora Titular e Diretora da Faculdade de Educação da USP; Maria Selma de Moraes Rocha, Professora da Faculdade de Educação da USP; Margarete Gonçalves Pedroso, da OAB-SP, que está *on-line*; Fátima Aparecida Antonio, Diretora aposentada da rede municipal e ex-Secretária Adjunta de Educação; Andressa Pellanda, Coordenadora-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e integrante da Rede de Ativistas pela Educação, do Fundo Malala, também *on-line*; Margarida Prado Genofre, da Aprofem; Lilian Maria Pacheco, do Sinpeem, que está *on-line*; Norma Lúcia Andrade dos Santos, Presidente do Sinesp; Sheila Mendes, representante do Sedin; Lira Alli, do Sindsep; e Cecília Donha Teixeira, do Crece Central. (Palmas)

A Mesa está formada, vamos combinar de falar bem rápido, no máximo três minutos, porque há uma fila de pessoas que querem se manifestar e todos têm direito.

Abertas as inscrições, embora as pessoas já tenham formado uma fila. Isso é muito bom, quem quiser fale, nós ouviremos e pensamos.

A primeira pessoa que convido a falar é a Margarete Pedroso, da OAB-SP, que está *on-line*, e não está com muito tempo para ficar na reunião.

O SR. RUBINHO NUNES – Presidente Eliseu Gabriel, gostaria de registrar presença e me inscrever para discorrer sobre o projeto de minha coautoria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Presente o Vereador Rubinho Nunes, que falará daqui a pouquinho.

Por favor, Margarete.

A SRA. MARGARETE GONÇALVES PEDROSO – Bom dia a todas, a todos e a todes, que estão virtualmente e no modo presencial. Represento nesta audiência a Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP.

O PL 573/2021, que autoriza implementar o sistema de gestão compartilhada em escolas de ensino fundamental e médio da rede pública municipal de ensino em parceria com as organizações sociais, sob o ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da OAB-São Paulo, merece algumas considerações.

Preliminarmente, há questões jurídicas e constitucionais a serem analisadas no PL 573. Assim entendemos que o PL, ora analisado, está eivado de vício de iniciativa, pois nos termos do artigo 37, da Lei Orgânica do Município, somente o Prefeito poderia propor o projeto de lei tendente à estruturação do município e criação ou transformação de cargos.

Pois bem, o Projeto de Lei 573/2021, sob o nosso ponto de vista, altera a estrutura dos equipamentos públicos escolares municipais, segundo explicitamente prevê o seu artigo 5º, e possibilita que os servidores alterem o seu regime de contratação e se submetam ao novo regime proposto pelas organizações sociais, conforme também está explicitamente no artigo 12 do projeto de lei.

Assim, entendemos que o projeto de lei em discussão altera a estruturação do sistema de educação do município e transforma cargos já estabelecidos em lei, de modo que a sua iniciativa deveria ter sido do Prefeito e não do Parlamentar.

Desse modo, o projeto de lei em discussão é inconstitucional por vício de iniciativa.

Afora a questão da inconstitucionalidade, também nós da Comissão de Direitos Humanos da OAB vislumbramos outro ponto que torna o projeto de lei com vício de legalidade. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispõe, no artigo 3º, a liberdade de aprender, ensinar e pesquisar, inciso II; e também a gestão democrática do ensino, inciso VIII, do mesmo artigo 3º. O artigo 19, por sua vez, também da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei Federal, prevê três categorias de instituição de ensino: a pública, a privada e a comunitária. Somente as instituições de ensino privadas e comunitárias, por sua vez, é que podem ser confessionais ou com orientação confessional e ideologia específica, parágrafo 1º, do mesmo artigo 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Essa Disposição da Lei Federal garante que o ensino público seja laico, com

liberdade acadêmica e político-ideológica. De acordo com a Lei Federal, somente instituições de ensino privadas é que podem ter orientação confessional e ideológica específica, conforme já falamos anteriormente.

Assim a previsão do artigo 10, do Projeto de Lei 573, sob o ponto de vista da Comissão de Direitos Humanos da OAB, afronta a Lei de Diretrizes e Bases da Educação na medida em que dá autonomia para que as organizações sociais tenham liberdade de estruturar a matriz curricular e o projeto político-pedagógico.

Assim também, verificamos que na redação do Projeto de Lei 573 não há nenhuma previsão de um ensino livre, sem imposição ideológica ou religiosa. Entendemos que essa Disposição, nos termos da Lei Federal, deveria ser expressa, explícita, e não é. Entendemos também que o presente projeto abre portas para o ensino confessional e militarizado dentro do município de São Paulo.

Importante destacar que as famílias moradoras e usuárias do serviço público da educação municipal têm que ter liberdade para escolher a forma de educar seus filhos. Isso só pode se dar com uma educação pública livre, imparcial, com ensino laico, com respeito à diversidade, à liberdade de todos os pensamentos.

É impossível, por fim, destacar - aqui já analisando o mérito – que a contratação de profissionais da educação pela iniciativa privada retira da administração pública qualquer controle disciplinar e correccional sobre o prestador de serviços. Lembrando que um servidor público de qualquer área que exerce suas funções com autonomia e independência, também se subordina a um controle disciplinar da administração mediante um processo administrativo em que se garante o contraditório e a ampla defesa.

Em resumo e para finalizar, a Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil – São Paulo se posiciona pela inconstitucionalidade e ilegalidade do Projeto de Lei 573 e, no mérito, entende que o presente projeto de lei pretende precarizar a educação pública do Município; reforça, em sua exposição de motivos, que tudo que é público é ruim, o que é equivocado; e traz uma proposta em que haverá evasão de recursos públicos para

entidades privadas, em vez de promover investimentos de orçamento da educação e o aprimoramento técnico profissional e estrutural da educação, conforme prevê a Constituição Federal, no Município de São Paulo.

Agradeço a oportunidade de fala e desejo-lhes um bom dia. (Palmas)

- Assume a presidência o Sr. Celso Giannazi.

O SR. PRESIDENTE (Celso Giannazi) – Obrigado, Dra. Margarete Pedroso. Em apenas três minutos a Dra. Margarete Pedroso nos traz vários pontos de ilegalidade, de inconstitucionalidade. Ainda falta mencionar outros pontos de inconstitucionalidade. Muito obrigado, Dra. Margarete, pelo posicionamento prévio da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção São Paulo, no questionamento desse projeto de lei. Nós nem deveríamos estar nesta audiência pública hoje, porque esse projeto deveria ter sido arquivado na Comissão de Constituição e Justiça, porque ele é ilegal, inconstitucional e imoral.

Devolvo a presidência ao Vereador Eliseu.

- Assume a presidência o Sr. Eliseu Gabriel.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Celso.

Quero passar a palavra agora para a Sra. Carlota Boto, Professora titular e Diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Muito obrigado.

A SRA. CARLOTA BOTO – Muito obrigada, Vereador. Bom dia a todas e a todos.

Pensar nesse projeto de lei, do meu ponto de vista, a gente tem que olhar um pouco a questão histórica da escola pública brasileira. A escola pública no Brasil é uma conquista da República. Antes da República a gente tinha ensino isolado, fragmentado, instituído pelo Marquês de Pombal. A partir da República surge a ideia de que, para se formar cidadãos, era necessário compor um sistema de ensino público.

O primeiro movimento para isso foi a criação dos grupos escolares. A partir dos anos 1920, surge um movimento muito forte de democratização da escola pública. Essa democratização tinha a ver com a extensão das oportunidades escolares e com o aprimoramento da democracia nas relações em sala de aula. Foi assim que, nos anos 1930, foi elaborado o

Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova, que traçou para o ensino público brasileiro, que se institui nos anos 1930, a partir do Governo Vargas, uma escola pública gratuita, laica, obrigatória, universal e única.

É esse projeto que, do meu ponto de vista, está em causa hoje. O Estado não pode se furtar da sua missão constitucional, como acabou de dizer a nossa colega, da sua missão de criar e manter a escolarização. Por isso, do meu ponto de vista, esse projeto de lei em debate, de gestão compartilhada das escolas públicas de ensino fundamental e médio da rede pública de ensino, em parceria com organizações da sociedade civil, fere o caráter público da escolarização. Ele desresponsabiliza o poder público em relação ao dever legal de gerir as escolas. Isso fere a autonomia, instaura uma lógica de ensino privado e terceiriza a coisa pública.

Nesse sentido, aquilo que é apresentado como modernização na verdade é a expressão do atraso, é o Estado renunciando ao seu dever pedagógico. (Palmas) Isso destitui a equipe pedagógica da escola, os professores e a equipe técnica das rédeas da organização do seu projeto pedagógico. É um processo de renúncia do Estado em relação ao seu dever e uma destituição dos saberes e das práticas dos profissionais da educação que estão lotados nessas escolas.

Por tudo isso eu sou absolutamente contrária a esse projeto que terá, na prática, caso implementado, um efeito deletério em prejuízo da rede pública, em prejuízo dos mais elevados ideais de uma escola pública capaz de qualificar a nossa República.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Professora.

Está presente a Vereadora Cris Monteiro e eu vou passar a palavra para ela, que solicitou e vai fazer uma exposição do projeto dela. Por favor, Vereadora Cris. (Pausa) Pessoal, vamos ouvir em silêncio, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Bom dia a todas as pessoas presentes, representantes dos sindicatos. Cumprimento todos da Mesa na figura do Presidente desta audiência, Vereador Eliseu Gabriel. Cumprimento todos que também estão conosco assistindo *on-line*.

Hoje estou aqui para apresentar o meu projeto, o 573/2021, que autoriza o Executivo a contratar organizações sociais sem fins lucrativos para gerir escolas públicas. Esse modelo foi implementado de forma muito bem-sucedida já na saúde, nos esportes, na cultura. Está amparado pela lei...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, atenção, por favor. Pessoal, atenção, nós temos que ouvir a Vereadora. Vamos ouvir, por favor, em silêncio. Depois haverá... Várias pessoas estão inscritas, que vão falar. Nós vamos ouvir ela falar, por favor, depois a gente... As pessoas estão inscritas e vão ser contra ou vão ser a favor, *okay?*

Vereadora Cris.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereador Eliseu Gabriel.

Esse modelo, como eu disse, foi implantado de forma muito bem-sucedida na saúde, no esporte e na cultura e ele está amparado pela Lei Municipal 14.132 de 2006, e foi alterado pela Lei 17.542, de 22 de novembro de 2020, pelo falecido Prefeito Bruno Covas, que passou a incluir a possibilidade de o Executivo qualificar como organizações sociais pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, cujas atividades sejam dirigidas também na área de educação.

O projeto está, portanto, legalmente embasado por essas leis, tendo sido também avaliado e julgado pela legalidade pela douta Comissão de Constituição e Justiça, sendo, portanto, um projeto absolutamente legal e constitucional.

O projeto não é uma bala de prata. Eu venho falando sobre isso já há muito tempo. Também não é uma panaceia, porque, como todos nós sabemos, o problema da nossa educação não vai ser resolvido com apenas uma coisa. A gente tem uma série de ações que, combinadas, podem sim melhorar a qualidade da educação que a gente está dando para as nossas crianças e nossos jovens. A gente precisa oferecer alternativas a essas pessoas, às nossas crianças e aos nossos jovens.

O projeto tão-somente, como eu tenho dito também inúmeras vezes, vai oferecer aos pais e responsáveis dos alunos opção de escolhas.

Um dos artigos publicados a favor do projeto, do Professor Fernando Schüler, do Insper, fala de dois Brasis: o Brasil dos ricos que escolhem as escolas dos seus filhos. O filho do rico pode escolher uma escola religiosa, uma escola Waldorf, uma Montessoriana, ele pode escolher. O filho do pobre tem de ir para a escola pública, não tem opção de escolha. (Palmas)

É óbvio que existem escolas públicas de muita qualidade. Nós sabemos que isso não é regra, infelizmente, em especial na periferia.

Dessa forma, nós estamos condenando os filhos dos pobres a uma educação sem qualidade.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Dessa forma, a gente está condenando a população a uma vida limitada e infeliz.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, pessoal. Atenção. Nós combinamos, ela tem todo direito de falar. Vamos ouvir, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereador. Vou continuar.

Eu só vou fazer uma observação aqui. Da outra vez eu não vim, porque eu não queria me expor a esse tipo de agressão, agora estou aqui e estou sendo agredida. Mas, como eu digo, ladram os cães e a caravana passa. Vou continuar.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, eu peço, por favor. Ela vai falar no tempo dela, encerrando a fala em seguida vocês se manifestem, um por um. A mesa vai falar, há várias pessoas inscritas defendendo e contra. Isso aqui é uma audiência pública para ouvir tudo. Vamos ter paciência, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espera aí, espera aí. Pessoal, assim não tem condição de a gente fazer, assim tem que suspender a audiência. Vamos ouvir porque é o seguinte: por que é importante ouvir todas as pessoas? Para a gente qualificar a nossa posição. Para qualificar se sou a favor mesmo, sou contra mesmo, quais são os argumentos que eu tenho

de levantar, entendeu? Então vamos ouvir, depois vamos ouvir várias pessoas que se inscreveram, vai ser ultra legal ouvir, vamos ouvir. Está certo? Não está em votação agora. É ouvirmos. Está certo? Então pediria muito que esperem ela terminar, para depois se manifestarem. Vereadora Cris, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada, Vereador.

Como eu estava dizendo, a proposta do projeto de lei é tornar a gestão das escolas públicas mais profissionalizadas, assim como a gente já tem nos hospitais, nas creches, nos equipamentos de cultura e esportes.

A organização social selecionada, via edital de chamamento público, poderá auxiliar a escola no dia a dia administrativo, permitindo sim que os professores se dediquem exclusivamente ao que eles fazem melhor que é educar as nossas crianças.

Os estudos mostram que quando isso acontece, quando a gestão escolar é eficiente, o desempenho das crianças melhora significativamente. Segundo os pesquisadores do Insper e do Instituto Ayrton Senna, a nota dos alunos aumenta quando nós temos melhor gestão. Além disso, a partir do momento em que é feita uma parceria com organizações sociais e escola...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, silêncio, por favor.

A SRA. CRIS MONTEIRO – ...nenhum valor é cobrado das famílias, muito pelo contrário, a escola continua pública, gratuita para todos. Sem mensalidades.

Aqui eu gostaria de fazer uma observação bem importante, porque é óbvio que está sendo vendida a questão e eu estou ouvindo a palavra privatização, para quem não entende, quando você privatiza um setor, um serviço, há cobrança.

Eu costumo dizer o seguinte, eu viajava para o Rio de Janeiro de carro, pela Via Dutra, nunca paguei pedágio. Ia e voltava sem pedágio. Agora, a Via Dutra está com concessão e eu pago pedágio. Isso é privatizar. Quando você cobra um serviço. Nesse modelo, não há cobrança de serviço. Esse é um conceito muito importante que está sendo deturpado. Não há privatização porque a escola continua pública e gratuita, sem custos para os pais dos alunos. Esse é um conceito muito importante.

Quando vocês escutam falar de privatização não é verdade. Eu diria, inclusive, que é uma desonestidade intelectual e uma mentira.

Vocês provavelmente já devem ter usado algum hospital público do SUS que possui o mesmo modelo de gestão. Eu fui outro dia visitar o Hospital Menino Jesus....

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, silêncio, a Vereadora está terminando. Silêncio.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vocês já devem ter usado. Eu fui outro dia, doe emendas parlamentares para o Hospital Menino Jesus que é um hospital do SUS, com uma gestão do Hospital Sírio Libanês maravilhoso.

Não se trata, inclusive, de trocar o modelo estatal pelo de parceria. Não é isso que eu estou propondo, isso é muito importante que os senhores me escutem, porque essa não é a proposta. A proposta é a de fazer um piloto.

O PL 573 vai trazer benefícios para os alunos, o primeiro é a maior agilidade nas contratações. As organizações sociais não se submetem ao emaranhado de ritos e prados de burocracia estatal – que os senhores, inclusive, sofrem bastante.

A frequente falta de professores no dia a dia escolar vai deixar de ser um problema. Porque hoje em dia a gente tem aproximadamente 15% das aulas que não são dadas porque os professores têm problemas, não conseguem estar nas classes. Isso não vai acontecer, porque a organização social vai ser cobrada por isso.

Eu queria fazer apenas um rápido...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Atenção, ela está encerrando...

A SRA. CRIS MONTEIRO – ...sobre o que é o projeto. O projeto é o seguinte, é uma oferta de alternativa de escolas de famílias de baixa renda, as organizações sem fins lucrativos ou filantrópicas gerindo a escola, outra coisa importante que tenho visto nas minhas redes sociais, também escutando, que o Banco Itaú, que é não sei quem... Gente, isso é uma bobagem. Não tem Banco Itaú nenhum, são organizações sociais sem fins lucrativos.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Opa, opa.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Se vocês preferem acreditar que é o Banco Itaú... Eu gostaria, Vereador, que fosse respeitada a minha fala. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, como as interrupções me obrigam a dar mais tempo para ela falar. Se vocês permanecerem ouvindo, aí eu posso dizer que passaram tantos minutos, então encerrou o tempo. Mas como têm essas manifestações, eu não consigo encerrar, tenho de dar o tempo para ela. É como jogo de futebol. Entendeu. Tem que chegar nos 45 minutos. Vereadora, concluindo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Existe um outro aspecto que também tem sido muito falado é sobre a questão da liberdade pedagógica. Existe uma questão que está no PL, muito clara, a liberdade de incluir matérias desde que leiam, leiam, desde que sempre sejam com a prévia autorização da Secretaria da Educação. As escolas têm que continuar cumprindo com a grade nacional e municipal. Não existe essa coisa de elas terem liberdade pedagógica. Está muito claro isso no projeto.

Eu queria fazer uma menção sobre o Fundeb que é uma questão que tem falado muito. Hoje, o orçamento da Secretaria da Educação de São Paulo, junto com a Saúde, são os dois maiores, são 18 bilhões de reais. O Fundeb são 6 bilhões de reais, desses 18. Todo Fundeb é usado mais a verba do Tesouro para fazer o pagamento da folha de pagamento dos professores. Ou seja, não vai ter recurso do Fundeb para esse projeto, por óbvia razão que ele está sendo usado para pagar os professores. Essa não é uma questão. Há recursos no Tesouro que estão lá e que se pode realocar para esse tipo de modelo. Essa também é outra falácia que quero deixar claro para vocês.

Vou insistir 18 bilhões de orçamento, sendo que 6 bilhões são do Fundeb, sobram 12 bilhões que também são usados para folha de pagamento, mas ainda tem bastante dinheiro para patrocinar esse modelo.

Continuando, o que não é o projeto?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereadora, por favor, concluindo. A Vereadora já está concluindo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu vou terminar. Eu preciso, Vereador. Eu vou gastar o meu tempo terminando. Eu termino, por favor, me dê um pouquinho mais de tempo, porque é muito importante.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Deixa pessoal, tudo bem. Tem direito.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Bom, a outra coisa importante que acho tem de ser falado, é que não vai aumentar a desigualdade, quer dizer, esse é um argumento que tenho ouvido que tenho muita dificuldade de entender que vai aumentar a desigualdade. Como se a escola tiver melhor resultado vai aumentar a desigualdade? Não tem por que isso. A escola aumenta, as crianças ficam melhor, vai aumentar a desigualdade porque tem escola ruim? O que vai acontecer com a escola ruim? Ela vai querer ser melhor. Esse é um argumento que eu tenho dificuldade enorme, mas enfim, são os argumentos que estão sendo usados.

A gente já sabe, agora para terminar, as nossas escolas são uma fábrica de fracasso. Isso é facilmente comprovado pelos índices de desempenho, os resultados da prova como o IDEB demonstram essa afirmação.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Nós, como responsáveis que somos, não podemos nos sentar e assistir ao futuro do país ser ceifado de forma implacável. Já que estamos condenando o futuro do país ao não oferecer educação de qualidade à população.

O recente estudo do professor Paes de Barros do Insper, mostra a importância...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos acalmar, professor. Vamos acalmar.

- Manifestação na galeria.

O SR. CELSO GIANNAZI – Retira. Retira.

- Manifestação na galeria.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Pessoal, eu tenho uma péssima...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Olhem, ela está dando o ponto de vista dela.

Vamos terminar.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu tenho uma péssima notícia para vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereadora, terminando...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu não vou retirar o projeto. Podem gritar. Fiquem roucos. Venham aqui. Batam panelas. Eu não vou retirar.

O SR. CELSO GIANNAZI – Vereadora, acabou o tempo.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Não acabou o tempo. O senhor termine... Eu vou terminar de falar. Não acabou o tempo.

O SR. CELSO GIANNAZI – Se não retirar, vamos derrotar esse projeto no plenário.

Vamos derrotar esse projeto.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vá. Derrote. Vá, professor.

O SR. RUBINHO NUNES – Vereador Celso Giannazi, vamos respeitar a fala da Vereadora. Que desrespeito, Vereador Celso Giannazi.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Eu vou terminar. Com dois minutos, eu vou terminar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Olhem, aí, vamos só... Dois minutos...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Bom, continuando, a despeito de alguns estudos aqui apresentados...

Bom, vocês pediram que eu viesse. Eu vim, mas vocês estão mostrando a educação que vocês têm. Mal-educados! Mal-educados! Paneleiros! É isso o que está... Eu quero acreditar que vocês não estão na sala de aula.

O SR. CELSO GIANNAZI – Retire!

A SRA. CRIS MONTEIRO – Não vou retirar, Vereador Celso Giannazi. Eu queria, inclusive, perguntar ao Vereador Celso Giannazi onde é que os filhos deles estudaram. Em qual escola pública? Diga, aqui, Vereador Celso Giannazi, em qual escola pública o seu filho...

O SR. CELSO GIANNAZI – Retire! A escola do fracasso, Vereadora, é a senhora que coloca.

A SRA. CRIS MONTEIRO – A escola do fracasso...

- Manifestações simultâneas.

O SR. RUBINHO NUNES – Pela ordem, Presidente. O Vereador Celso Giannazi está interrompendo a palavra...

O SR. CELSO GIANNAZI – A Vereadora não entendeu que a escola do fracasso é o Governo dela que coloca. É o partido dela que quer tirar o dinheiro público. É esse o caminho. É isso o que ela quer fazer. É isto o que o Partido Novo quer fazer: retirar dinheiro do Fundeb. É isto o que quer: é sugar o recurso público. É isso o que a Vereadora quer fazer.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Obrigada. Bom, vou continuar aqui, Vereador Celso Giannazi. Vereador Celso Giannazi, onde seus filhos estudaram? Em qual escola pública o seu filho estudou, Vereador Celso Giannazi? Fale, aqui, para eles. Quero ver. O senhor defende a escola pública? Onde foi que os seus filhos estudaram, Vereador Celso Giannazi?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Alô? Pessoal, atenção...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Vamos lá. Vou continuar.

A despeito de alguns estudos aqui apresentados, eu tenho nas minhas mãos estudos demonstrando que as escolas em Nova Iorque tiveram 84,9% das escolas conveniadas com nível adequado ou avançado nas avaliações em matemática, um aumento de...

Bom, para quem está vendo, olhem a palhaçada, aqui, pessoal. Olhem a palhaçada. É isto, aqui, que é o ensino público escolar: essa palhaçada, essa gritaria. Olhem, aqui. Olhem a falta de educação nos nossos bancos escolares. É isto, aqui, que está aí. Está minando... É o fracasso. Fracasso! E eu não vou retirar o meu PL. Não vou retirar o PL. O PL vai ficar. Chorem. Gritem. Batam panela. Não vou retirar o PL.

Bom, eu gostaria de ter continuado falando, explicando, mas, obviamente, a falta de educação que reina neste plenário não está permitindo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos sentar, todo mundo, aí. A Vereadora tem mais um minuto. Vereadora, conclua. Mais um minuto e ela vai concluir. Por favor...

A SRA. CRIS MONTEIRO – Bom, outro argumento contrário ao modelo que faz

referência...

A senhora me deixa falar? A senhora vai ter o seu tempo de falar.

Bom, terminando, a taxa de frequência dos alunos foi de 97% e a evasão de 2,2%. Esse é um grande contraste com a alta taxa de evasão do Ensino Médio no Brasil. Os dados da época mostram que, dos 3,6 milhões de jovens que se matriculavam no Ensino Médio, apenas 1,8 milhões completam os estudos, uma taxa de evasão de 13,3%. Nas escolas conveniadas, a taxa de evasão é de 2,2%.

Eu vou finalizar, oferecendo para o Vereador Eliseu Gabriel a lista das pessoas que estão aqui presentes e *on-line* para falar a favor do projeto. Há Secretários de Educação. Há pais de alunos. Há professores. Há pessoas da sociedade civil. Deixo nas mãos do Vereador Eliseu Gabriel, para que se assegure de que sejam chamadas essas pessoas que defendem o projeto, que entendem que é preciso muito...

- Manifestação na galeria.

A SRA. CRIS MONTEIRO – Que palhaçada! Demonstração de falta de educação... É que vocês não são professores, não é? Vocês são sindicalistas. Gritem. Berrem. Berrem, mesmo. Berrem muito. Fiquem roucos.

NÃO IDENTIFICADA – Prof. Eliseu Gabriel, seria importante a audiência prosseguir. Eu acho... (Falha na transmissão) ...tempo de fala.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A próxima inscrita... Atenção, pessoal! A próxima pessoa a falar será a Sra...

O SR. CELSO GIANNAZI – Conhece nada de educação essa Vereadora.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A Sra. Selma Rocha já falou?

O SR. RUBINHO NUNES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sra. Selma Rocha...

O SR. RUBINHO NUNES – Eu gostaria de ter a palavra, Presidente. Teria, regimentalmente, a prioridade.

O SR. CELSO GIANNAZI – Retire! Retire!

O SR. RUBINHO NUNES – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay, pessoal. Vamos, então, aos próximos oradores. Eu quero...

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, por gentileza, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O que é que eu vou fazer? Sra. Selma Rocha...

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Olá. Bom dia.

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Onde está a Sra. Selma Rocha?

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Eu gostaria de agradecer.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Pela ordem, Presidente. Há um Vereador pedindo, aí, questão de ordem.

O SR. RUBINHO NUNES – Obrigado, Vereadora Sonaira Fernandes.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bom, pessoal. Olhem, a próxima inscrita é a Sra. Selma Rocha, que é professora da Faculdade de Educação da USP. Por favor, Sra. Selma... Prof. Selma Rocha, tem a palavra.

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

O SR. CELSO GIANNAZI – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – São três minutos, professora. Por favor...

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Posso falar? Bem, bom dia. Quero cumprimentar...

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, tenho uma Questão de Ordem.

NÃO IDENTIFICADA – Vereador Rubinho Nunes, deixe-a falar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Espere, aí, Vereador Rubinho Nunes. É a Sra. Selma Rocha que está falando, agora.

O SR. RUBINHO NUNES – Eu não vou permitir a fala, até que seja garantida a palavra, Presidente. Tenho uma questão de ordem, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sra. Selma, pode falar.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Bem, bom dia. Vereador Eliseu Gabriel...

O SR. RUBINHO NUNES – Eu não vou encerrar. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu peço que desliguem o som, por favor.

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, tenho uma questão de ordem. O senhor está sendo autoritário, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vá lá.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Bem, eu quero dizer, em primeiro lugar, que eu sou professora universitária, mas eu dei aula na escola pública a minha vida toda.

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, temos um Vereador pedindo questão de ordem.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Sr. Presidente, questão de ordem...

- Manifestações simultâneas.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Tenho muito orgulho dessa história, porque foi...

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, o Vereador está pedindo questão de ordem.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. RUBINHO NUNES – Sr. Presidente, o senhor respeite o Regimento. Presidente, questão de ordem! Há um Vereador pedindo questão de Ordem. Respeite. Eu não vou permitir a fala...

NÃO IDENTIFICADA – Vereador Rubinho Nunes, que horror! A Prof. Selma está falando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – As inscrições estão abertas. A próxima

inscrita é a Sra. Selma Rocha. É inscrita. Ela está falando. Eu peço que quem estiver falando, que eu não sei quem é... Parece que é o Vereador Rubinho Nunes. Vereador Rubinho Nunes, espere sua vez, por favor. Sra. Selma Rocha, tem a palavra.

O SR. RUBINHO NUNES – Presidente, eu pedi uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A sua vez chegará, mas espere.

O SR. RUBINHO NUNES – Na questão de ordem, há a suspensão das falas, para ouvir o Vereador levantando questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tem como desligar o...

O SR. RUBINHO NUNES – É uma audiência pública. Eu respeitei a palavra de todos. V.Exa. não está permitindo que eu me manifeste, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Peço que o Rafael... Onde está o Rafael? O assessor, aqui... Rafael, desligue o som *on-line*, por favor. Muito bom. Por favor, Prof. Selma.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Obrigada, Vereadores.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Não, a pessoa está falando, agora. Quando ela terminar de falar, eu dou a palavra, pela ordem.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Sr. Presidente, pela ordem. Sou titular da Comissão de Educação.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Vereadora, a pessoa está falando.

O SR. CELSO GIANNAZI – Há uma pessoa com a palavra, Vereadora. Deixem acabar e depois vêm, pela ordem. Que coisa louca é essa?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Quando a pessoa acabar, eu dou a palavra, pela ordem.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – Vocês, que tanto falam, no momento de fala (ininteligível) vocês não respeitam ninguém. Como titular da Comissão de Educação, eu estou pedindo a palavra.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Você é que não tem educação, Vereadora. (ininteligível) Vocês não estão deixando a pessoa falar, Vereadora.

A SRA. SONAIRA FERNANDES – O senhor não respeita. O senhor não sabe o que é respeito. Não faz parte do seu vocabulário essa palavra. O senhor está tumultuando. O senhor está militando, aqui, nesta audiência pública.

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay. Sra. Selma Rocha, tem a palavra.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Obrigada, Vereador.

Bem, como eu dizia, sou professora do ensino superior, nesse momento não estou mais dando mais aula na Universidade de São Paulo, mas dei aula na escola pública a minha vida toda...

- Manifestações simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, eu peço que vocês se acalmem, porque senão não temo como, a gente encerra. Não tem como. Tem gente interessada em tumultuar para que não aconteça a reunião. É isso aí.

Então, vamos lá. Está difícil a professora Selma falar.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Quero começar dizendo o seguinte: a OAB apontou aqui um conjunto de inconstitucionalidades, gostaria de dizer que tem mais. Se tomarmos no conjunto os artigos 205, 208, 209 e 211 da Constituição, vamos observar que todo o desenho da Constituição Brasileira, antes da LDB, caminhava no sentido do ordenamento da escola pública gerida por funcionários públicos, com gestão democrática. Isso é a ordem constitucional do Brasil. Não é só a LDB e ainda menos a Lei Orgânica.

A Vereadora acabou de citar aqui uma lei que fala sobre a qualificação de entidades, ONGs ou entidades assistenciais, para participarem da gestão de entidades. Isso não tem nada que ver com a Constituição. O que acabou de ser dito aqui não tem nada que ver com a ordem legal do País. Isso é uma lei ordinária do município, que pode ser aplicada quando for determinado que, de fato, vai haver divisão de responsabilidade com os setores. Mas isso é

inconstitucional na educação.

Bom, essa é a primeira consideração para fazer outra. Eu queria fazer algumas perguntas - eu li com muita atenção, não só o projeto de lei, como a exposição de motivos - e acho que a exposição de motivos revela muito sobre o que o projeto apresenta.

A primeira coisa diz assim: “uma grade precisa ser mais plural, em termos de concepções pedagógicas”. A minha pergunta é: por que esse novo modelo de gestão poderá assegurar uma grade mais aberta ao pluralismo de ideias e concepções pedagógicas? A experiência que nós temos no Brasil é completamente avessa a isso. As escolas privadas têm sua própria lógica determinada por si próprias em consonância com a lei, mas de acordo com os interesses dos grupos privados religiosos que a sustentam. Exatamente o oposto do que está dito. Pluralidade de ideias não têm nada a ver com entregar o setor privado para atender interesses outros à gestão da escola pública. É exatamente o contrário.

A segunda questão é a seguinte: o projeto diz - e também a exposição de motivos -, que haverá um estímulo a boas práticas de gestão. A minha pergunta é: o que é isso? O que são boas práticas? Por que faço essa pergunta? Está aqui a Diretora da Faculdade de Educação da USP, nós temos pesquisas no Brasil inteiro sobre a experiência educacional. Há questões seríssimas que envolvem a discussão, e a Vereadora resolve o problema da educação no país com uma formulação chamada “boas práticas”. Segundo quem? (Palmas) Então, nós aqui estamos em contato com universidades no país, universidades fora do país e nós podemos dizer que o problema não são só as boas práticas de gestão da escola. Nós estamos diante de um problema, talvez, um pouco mais sério, que sejam as práticas institucionais, governamentais, parlamentares, que possam contribuir para o fortalecimento da escola pública e não da sua negação.

E eu continuo dizendo o seguinte: o texto fala em “modernização do modelo educacional”. Também aqui cabe a pergunta: O que é isso? O que é modernização educacional? Adaptando-se ao mundo contemporâneo e tornando mais diversos os meios que ignoram, que o tal mundo contemporâneo, no caso do nosso país, é profundamente desigual e que estas

desigualdades que estão na base dos sistemas educacionais e das políticas públicas de vários dos governantes e, lamentavelmente de alguns parlamentares do nosso país, sustentam essa desigualdade que não tem nada de moderna. Ela é profundamente arcaica, porque ela novamente reitera na história brasileira aquilo que nós já conhecemos, em relação ao deslocamento de dinheiro público para o setor privado. Esta foi a grande batalha na Constituinte de 88.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Professora, um minuto.

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Concluindo, eu tenho algumas sugestões. A primeira é que, se o setor privado de fato quer contribuir com a escola pública, nós temos dois caminhos. O primeiro é montar um fundo e receber aporte de contribuições. Seria muito bem-vindo para escola pública que esses aportes fossem para um fundo público e pudessem ser distribuídos. (Palmas)

Segundo lugar, se existe vontade de consultoria de prestar serviços, essas instituições podem apresentar seus projetos, que democraticamente as escolas, a Secretaria de Educação, o Conselho Municipal de Educação, podem considerar. Nós temos instituições suficientes na cidade São Paulo para lidar com isso.

Depois, eu quero só finalizar dizendo, o problema dessa proposta é que ela abre espaço para que o setor privado entre como está entrando em vários estados do país, por meio das OSs, vendendo plataformas, materiais didáticos, consultorias, e, para tanto, é absolutamente fundamental fazer o discurso lamentável de desqualificação dos professores que nós assistimos aqui, e da escola pública. (Palmas)

Não há como o setor privado disputar o fundo público. Não é o Fundeb, quem disse que o problema é o Fundeb? O problema é o orçamento público. Porque fora o Fundeb, tem os investimentos obrigatórios que a Secretaria de Educação e qualquer governo municipal tem que fazer.

Portanto, não tem o menor sentido esse argumento. Só quem não conhece educação pública que pode falar uma coisa dessas. (Palmas) Quem conhece a educação pública sabe

muito bem – muito bem - que o deslocamento do recurso público hoje, já hoje, acontece por via dessas consultorias, dessas plataformas e de uma tentativa de desqualificação de professores para fazer aquilo que a reforma administrativa federal pretendia, que é quebrar estabilidade, tirar os professores e colocar monitores nas escolas para essas plataformas. E talvez várias OSs possam facilitar esse processo no Brasil.

Então, eu concluo dizendo o seguinte: existem vários problemas nas redes públicas, todos em discussão nas conferências municipais, nas conferências nacionais. Acabamos de sair de uma conferência nacional que teria sido muito interessante os vereadores que defendem essa proposta terem participado, para saberem o que é de fato o debate democrático, plural, sob diferentes concepções e ideias. E na cidade de São Paulo há um Fórum Municipal de Educação, há um Conselho Municipal de Educação, há conselhos de escola, há o Crece, que são instrumentos suficientes para discutir, negociar com o governo sobre os caminhos que educação pública tem tomado.

E eu lembro aqui o Florestan Fernandes, o nosso saudoso sociólogo, que na Constituinte de 88 diz o seguinte e eu quero terminar com isso: “Agora, o ponto mais importante para mim” – dizia ele – “era o que dizia respeito à iniciativa privada. Não estou envolvido numa cruzada contra a iniciativa privada. Não sou inimigo da escola, seja ela leiga ou convencional. Estou envolvido numa cruzada diferente, de que os recursos públicos sejam investidos, não prioritariamente apenas, mas exclusivamente no sistema público de ensino. Isso porque, de um lado, a empresa de ensino, enquanto operação industrial e mercantil, como se qualifica no passado, ela própria deve prover os lucros de sua dinâmica interna”. Eu vou repetir: “Se os liberais querem concorrer no mercado eles devem fazê-lo, mas no mercado, e arcar com as consequências da competição, porque segundo os liberais uns perdem e outros ganham.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Professora, poderia encerrar?

A SRA. MARIA SELMA DE MORAES ROCHA – Então, concluindo, eu estou terminando, Vereador.

Na escola pública, nós não precisamos da competição, por que não é a competição

que gera qualidade, é o trabalho coletivo. (Palmas) É o trabalho integrado, é o trabalho com as famílias, é o trabalho com os poderes públicos e com aqueles que querem defender o direito à Educação das maiorias sociais. (Palmas)

Nós não estamos aqui por causa do lucro, senhores. Nós estamos aqui pelo direito dos negros, das mulheres, dos indígenas, das crianças e dos jovens e adolescentes pobres deste País.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – A próxima a falar é a Sra. Fátima Antônio.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O que o senhor quer? Fala.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Presidente, nas audiências públicas geralmente, pelo menos as que eu tenho acompanhado, os Vereadores têm tido uma inscrição e vão se intercalando com o público, até porque nós temos uma agenda externa também.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador, nós combinamos, no início, tudo. Só espera um pouquinho. Está?

Vamos lá. Fátima...

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Pela ordem, Presidente. Eu não ouvi o que V.Exa. disse. Eu fiz uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Vereador, eu peço que o senhor se acalme.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Aguarde quanto tempo, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O senhor aguarda o tempo que for necessário, Vereador.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Presidente, isso é um desrespeito.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Presidente, isso é um desrespeito com quem tem mandato, Presidente. V.Exa. tem que responder à pergunta que eu fiz.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Está bom. Vamos lá, vamos lá.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Não vou admitir esse desrespeito de V.Exa. Não vou admitir. Eu fiz uma pergunta. Por favor, Eliseu. Eu fiz uma pergunta. Que que é isso? Eu tenho um mandato, tanto quanto V.Exa.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Quer fazer confusão.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Que é isso?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Vergonha, vergonha, vergonha.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou aguardando a resposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Então, a seguir, eu peço...

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Presidente Eliseu Gabriel, eu lhe fiz uma pergunta como Vereador desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor está inscrito?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou me inscrevendo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Cadê? Onde o senhor se inscreveu?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu quero saber quando.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor... já te falei.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu fui à mesa. V.Exa. não disse onde eu me inscreveria. Eu vim ao microfone...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Não precisa falar com esse jeitinho não, Vereador. Não fala com esse jeitinho.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – E perguntei quando falaria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Aqui você não engana ninguém, Vereador.

Por favor.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou pedindo uma resposta. Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Aqui o senhor não engana ninguém. O senhor quer tumultuar. É isso?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Não, Vereador. Eu quero o meu direito à fala.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Tumultua, vai. Vamos deixar ele tumultuar um pouco. Vai. Tumultua.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou aguardando a resposta de V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu já te dei. O senhor vai falar quando... no seu espaço.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – E quando é o espaço?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Existem três Vereadores inscritos.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Perfeito. Muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O senhor será o quarto Vereador.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Pois não?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – E quando esses Vereadores falarão, Vereador Eliseu?

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Tem como...

- Manifestações fora do microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Vereador Eliseu, a pergunta é só... é muito simples, Vereador. Se V.Exa. me disser quando, eu sento e aguardo.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Olha, o senhor está sendo... o senhor está tumultuando.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Quando?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor será o quarto Vereador a falar.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Quando? Quando vou poder falar, Vereador?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor será o quarto Vereador a falar.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Esta não é uma resposta, Vereador Eliseu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor falará...

O SR. FERNANDO HOLIDAY – V.Exa. está com problema de audição?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Às 13 horas e 32 minutos.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – V.Exa. está com problema?

Talvez o barulho esteja lhe impedindo de ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Vocês viram o que a gente passa aqui?

Vocês viram o que a gente passa aqui?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou pedindo direito à fala, Vereador. V.Exa. está me censurando. Não é possível um negócio desse.

Vereador Eliseu, nas audiências públicas desta Casa uma pessoa do público fala, um Vereador fala. Eu só estou lhe perguntando quando é a minha vez.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor quer como? Dá para o senhor parar de tumultuar? Já tumultuou. Fez bem.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu estou fazendo pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu já te respondi, cara.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Não respondeu.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O que que você quer que eu fale?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – V.Exa...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O que que você quer que eu fale?

O SR. FERNANDO HOLIDAY – V.Exa., V.Exa., como Vereador desta Casa há tantos anos...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vereador... Por favor, desligue o microfone.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Deveria ter o mínimo, o mínimo de respeito...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - O senhor quer tumultuar e está tumultuando.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Quando será a minha fala?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Eu vou falar: Às 13 horas e dois minutos.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Às 13 horas e dois minutos.

Pois bem. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Fátima, com a palavra.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Bom dia, bom dia, bom dia a todas educadoras e todos os educadores da escola pública da cidade de São Paulo, que estão aqui presentes e que estão também acompanhando *on-line*. Bom dia a todos os sindicalistas que estão aqui presentes. Bom dia a todas as instituições comprometidas com a educação pública de qualidade desta cidade, que estão aqui presentes. Muito obrigada, Eliseu Gabriel, Vereador desta cidade sim há muito tempo. Muito obrigada pelo convite. Em nome do Vereador, eu cumprimento os demais Vereadores presentes.

Eu gostaria de poder continuar a minha fala.

- Manifestações fora do microfone.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Quero cumprimentar especialmente educadores da EMEF Dale Coutinho, da qual fui coordenadora pedagógica em 1995. (Palmas) Sou educadora dessa rede há 34 anos. Aposentei-me como diretora de escola. Fui membro do Conselho Municipal de Educação. Participei dos três Governos do Partido dos Trabalhadores nesta cidade. Fui diretora regional de Educação, Secretária Adjunta de Educação, mas, antes de qualquer coisa, professora dessa rede pública. (Palmas)

Portanto, eu não posso admitir que nós sejamos tratados dessa maneira, porque nós não viemos aqui para isso. Nós viemos aqui para cumprir com um espaço democrático que esta Casa é, permitindo que a gente consiga debater as ideias, permitindo que a gente escute a divergência, que a gente ouça o diferente. Esta é a Casa do Povo de São Paulo.

Portanto, eu acredito que a gente não pode viver neste clima aqui dentro. Eu também queria dizer que fábrica de fracasso, não posso ouvir isso. Fábrica de fracasso são esses

Governos neoliberais que não conseguem dar conta do recado, sucateando os serviços públicos da cidade. (Palmas)

Que não conseguem nem exercer e nem executar dignamente o dinheiro público que está escrito, na Constituição, para a educação.

Portanto, essa é a fábrica de fracasso que a gente pode conversar; mas a escola pública nunca foi, nesta cidade, e nunca será fábrica de fracasso. (Palmas) Porque nela estão presentes educadores comprometidos com o principal, uma das principais funções da escola pública, que é a garantia do direito à educação para todos, sem distinção. É a educação pública de qualidade que a gente luta nesse período todo.

Portanto, eu queria dizer que eu não vou admitir, nós não podemos admitir falar em fracasso. Nós precisamos conversar sobre as condições que nos são impostas, muitas vezes, e que impedem que realmente os nossos serviços públicos não sejam executados com toda a excelência que deveria.

Quais são as políticas públicas que esses Governos neoliberais, por exemplo, traçam para a escola pública, para a saúde pública? Então, isso eu quero saber. Então, já foram ditas aqui várias situações. Várias entidades, tanto na primeira audiência pública, como nessa, de várias situações da inconstitucionalidade - a boca está seca - imaginem por quê?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Encerrou, Fátima? Senhora, Professora, tempo.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Já estou terminando. Então eu queria dizer que, efetivamente, este é um projeto, é mais um projeto privatista sim, que não está isolado de um conjunto de ações privatistas que estamos assistindo nos últimos anos, seja no Governo Federal, no Governo Estadual e também, agora, no Governo Municipal.

É um ataque frontal, é um risco enorme que a nossa rede pública, da educação, em São Paulo, a qual é exemplo para muitas redes públicas do país e de outros países do mundo, pelo protagonismo dos seus educadores, pelo protagonismo dos estudantes e de seus pais.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Já passou do seu tempo. Okay.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Essa é a rede pública que nós precisamos defender. Sem separação, sem divisão, sem modelinhos, sem “vou fazer uma experiência”. Nós não estamos aqui para isso.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado.

A SRA. FÁTIMA APARECIDA ANTÔNIO – Nós temos diretrizes para serem cumpridas e os nossos educadores, os nossos alunos, filhos da classe trabalhadora dessa cidade, os nossos sindicatos que lutam historicamente pelas melhores condições de trabalho merecem respeito. É isso que eu queria dizer. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado, Professora Fátima. O próximo orador é Adriano Naves de Brito. (Pausa) Com a palavra. Cadê o Adriano? Onde você está?

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Alô. Está me ouvindo? Estou em Porto Alegre.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Estamos ouvindo. Com a palavra, Adriano.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Agradeço muito o convite que me foi feito para falar a vocês nessa audiência pública. Fui Secretário de Educação, aqui em Porto Alegre, dos anos 2017 e 2020.

Queria contribuir com o debate de vocês relatando a nossa experiência. Em alguns artigos que surgiram na Imprensa desconsideraram a experiência de Porto Alegre, justamente fazendo acontecer algumas escolas que realizaram em grande medida o que o PL está propondo.

Porto Alegre é uma rede pequena de escolas municipais para uma capital, mas uma rede que tem excepcionais condições de execução dos serviços. Temos os melhores salários, melhor média salarial entre os profissionais da Educação do País, melhor do que São Paulo, a média salarial dos professores 40 horas em exercício é algo em torno de dez mil reais. Temos uma excelente carreira. Setenta por cento dos nossos professores em atividade, em sala de aula, têm mestrado e doutorado. Cem por cento dos professores têm boa formação. O IDH de Porto Alegre é alto. Os pais e as mães desses nossos alunos estão entre as terceiras melhores formadas populações brasileiras, entre as capitais brasileiras.

E, mesmo assim, Porto Alegre apresentava resultados que estavam, respectivamente, em matemática, 21º entre as capitais brasileiras e o 19º entre aquelas melhores em Língua Portuguesa.

Não sei se estão me ouvindo, porque percebo uma interferência no som.

O SR. ASSESSOR DA COMISSÃO – Ouvimos sim, Adriano.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Pois não, obrigado. Então isso mostra que, mesmo com condições são consideradas muito boas para a execução do serviço da Educação, isso não se converteu, em Porto Alegre, em índices razoáveis, em índices aceitáveis para aprendizagem das crianças.

Quando nós assumimos a Secretaria, nos propusemos a melhorar esse resultado e sabemos que isso não é má vontade dos professores, não é má vontade dos funcionários públicos contratados para realizar o serviço de Educação, mas que nós precisamos, realmente, colocar nesse ecossistema elementos que tornem a melhoria dele em algo sistemático, para que haja uma mudança, um círculo virtuoso de melhoria.

Não conseguimos fazer isso se nós não impedirmos que, ou se nós não favorecermos que o aluno seja colocado no centro da atenção da escola, no centro gravitacional da atenção da escola.

Muito bem. Adotamos, então, algumas medidas nessa direção e elas vão, obviamente com o tempo, afinal Educação é um processo longo, temos um período de execução do nosso trabalho dentro da Educação Fundamental, que é responsabilidade do Município, de 15 anos, portanto, precisa mesmo de tempo, mas tomamos algumas medidas muito importantes.

A primeira medida que tem esse condão de levar esse sistema para essa condição foi a introdução de um método de avaliação no Município. Uma avaliação anual. O Município contrata, e faz isso de maneira independente, mas aprovamos uma lei na nossa Câmara de Vereadores em que estava instituída a avaliação obrigatória do sistema, avaliação anual. E, no início e no final do ano, de modo que as escolas pudessem se orientar por essa avaliação num ciclo de melhorias.

Segundo, mudamos o modo como são escolhidos os diretores das escolas municipais e estaduais. Porque esses diretores precisam ter uma responsabilidade com os resultados da aprendizagem dessas crianças. Então por isso criamos, alongamos o prazo para permanência desses diretores, podem ter três mandatos de 4 anos, mas também aumentamos a participação dos pais, o peso dos pais na eleição dos diretores. E colocamos, ali, uma responsabilidade com a melhoria dos resultados de modo que os pais podem, a cada ano, destituir os diretores que não conseguirem produzir o resultado mínimo estabelecido nessa lei para a melhoria da aprendizagem em Português e Matemática.

E, finalmente, tomamos uma terceira medida muito importante que é tornar o sistema mais plural.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Por favor, um minuto. Professor, já passaram quase seus cinco minutos. Mas, por favor, um minuto para que conclua.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Claro, obrigado, um minuto. Um sistema mais plural em que estabelecemos as primeiras escolas comunitárias, que são as escolas, então, das Organizações Sociais, para oferecer também o serviço de educação fundamental.

Elas estão funcionando há quatro anos no Município, nunca houve nenhuma intervenção do Ministério Público. Elas são totalmente legais. Elas são financiadas pelo dinheiro do Tesouro. O custo do aluno é mais barato do que o custo do nosso aluno das escolas públicas estaduais e o resultado na avaliação, a primeira avaliação que conseguimos fazer deu o mesmo resultado para os alunos.

Portanto, isso mostra que é possível que essas escolas – é uma experiência pequena -, mas é uma experiência superimportante. Uma delas, inclusive, tem a Lumiar, a Metodologia Lumiar implantada como metodologia no Estado de São Paulo.

- Manifestações concomitantes ao microfone.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Professor, por favor, desculpe, pode encerrar.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Vou encerrar aqui nesse momento.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Professor, pode encerrar, encerrando.

O SR. ADRIANO NAVES DE BRITO – Encerrarei em 30 segundos. Então queria dizer que essa experiência, ter essa experiência, essa pluralidade, permite que o sistema se ajude, os dois sistemas. Não é uma substituição de um pelo outro, mas os dois se ajudam. As experiências interessantes que podem ser públicas, não estatais, que ajudem a experiência pública estatal. Faço votos que vocês escolham conscientemente e aprovelem essa possibilidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado, Professor.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próximo inscrito. Por favor, pessoal. Próxima inscrita é a Sra. Andressa Pellandra, Coordenadora Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e Integrante da Rede de Ativistas pela Educação do Fundo Malala. Sra. Andressa está presente?

O SR. FERNANDO BRITO RUFINO – Ela não pôde comparecer, mas eu tinha confirmado a minha presença em substituição a ela. Fui indicado por ela para substituí-la. Sou Fernando Rufino, falo pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Então, pois não. Por favor. O inscrito anterior falou o dobro do tempo, peço a gentileza que tentemos manter os três minutos, porque há muitos inscritos. Por favor. Repita seu nome, por gentileza.

O SR. FERNANDO BRITO RUFINO – *Okay*. Meu nome é Fernando Brito Rufino. Bom dia a todos. Gostaria de cumprimentar todas as pessoas que participam e acompanham esse debate. Sou Fernando Brito Rufino, sou membro do Comitê São Paulo da Campanha Nacional pelos Direitos à Educação. Falo em nome dessa organização e em nome da Andressa Pellandro que, infelizmente não pôde estar presente. Espero fazer à altura a contribuição que ela faria.

Venho aqui para reafirmar uma posição histórica da Campanha, que é em defesa de uma educação pública, realmente pública, laica, de qualidade, democrática, e contra esse

projeto.

Estamos discutindo um projeto que não tem consistência com a nossa Constituição, não tem consistência com a LDB, com o PNE, com o Plano Estadual de Educação e com o Plano Municipal de Educação de São Paulo, e nem consigo próprio.

Em termos do cotidiano, lemos o projeto e fica claro, ali, que estão tentando “chupar cana e assoviar ao mesmo tempo”. Se, por um lado, no artigo sexto ele fala em protagonismo e autonomia dos estudantes e participação social, no artigo 10, ele nega esses princípios, quando ele entrega à organização social a prerrogativa de estruturar o projeto político-pedagógico da escola e a organização escolar.

Ele aprofunda essa negação ou se quer colocar a comunidade escolar como instância de avaliação e aprovação. Ao fazer isso, ele também vai contra o artigo 206, da Constituição Federal, que prevê a gestão democrática da educação pública, vai contra a LDB que reafirma esse preceito, inválida o seu próprio Artigo 8º ao negar o Plano Municipal de Educação que, na sua Meta 12, estabelece direcionamentos e parâmetros claros para gestão democrática escola.

Esses parâmetros para a gestão democrática são: fortalecer os conselhos escolares como instrumentos de participação e fiscalização na gestão da escola, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se sua autonomia e seu caráter deliberativo e não só consultivo – Conselhos Escolares, estratégia 12.8; garantir no sistema municipal de ensino a participação e a consulta dos profissionais de educação, educandos e familiares na formulação e avaliação do projeto político-pedagógico da escola. Os currículos escolares, plano de gestão escolar e regimento escolar na formulação e avaliação do projeto político-pedagógico tem que ter a garantia de participação e consulta de profissionais de educação; fortalecer a gestão democrática das unidades educacionais e seus aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Ele nega todos esses preceitos da gestão pública escolar ainda sob a pretensão e a fantasia de que não muda a natureza administrativa das escolas como se continuassem públicas

após terem suas gestões privatizadas ao contrário e à revelia do consenso internacional de que essa privatização da gestão é privatização, sim, é óbvio isso, após o público da escola ser privado das prerrogativas de controle social que devem ter. Como se não bastasse o olhar fantasioso de si próprio, o projeto é ignorante em relação à realidade no qual se insere.

Darei alguns dados de participação na escola. A gente tem aqui para além do relatório do TCM mostrando que as conveniadas de educação infantil têm pior infraestrutura de acessibilidade...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Peço para concluir, por favor.

O SR. FERNANDO BRITO RUFINO – A gente tem aqui os docentes melhor capacitados na rede pública. A gente tem o Censo 2019 que 99.3% das creches, 99.7% das pré-escolas, e todas as escolas de Ensino Fundamental e Médio da rede Municipal tem conselho escolar e o padrão é o mesmo para Associação de Pais e Mestres.

Então, só concluindo. Se formos sinceros, vamos ver que é nas escolas públicas que a gente tem esses princípios que PL elenca é nas escolas públicas e é no arcabouço legal e material da nossa rede municipal que isso é melhor realizado. De forma que não é necessário esse PL.

Portanto, concluindo, pedimos que o PL seja retirado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita, a Sra. Marina Helena.

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – Bom dia a todos.

Antes de mais nada, eu queria apenas pedir o direito de falar e de ser ouvida. Isso é bem importante, gente. Primeira coisa, acho que todo mundo que está aqui defende o direito das pessoas se expressarem, então, por favor.

Vamos lá. Hoje a gente está tratando aqui de uma realidade muito triste. 84% dos alunos brasileiros tem o seu destino determinado pelo local que eles nasceram porque eles vão ter que estudar numa escola 100% estatal, perto da sua residência, e esse ensino fracassou. Fracassou. É só ver qualquer dado. O Brasil ocupa os piores índices em qualquer comparativo internacional.

Mas a gente não precisa recorrer a nenhum índice. A gente pode falar um português bem claro aqui. 38% dos alunos universitários no Brasil são analfabetos funcionais. Eles não conseguem interpretar um texto que eles leem. Pior do que isso, 5% dos alunos - isto é o que mostra qualquer índice de avaliação escolar, o Pisa, o Ideb...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Pessoal, peço que ela possa falar sem interrupções. Deixem-na falar.

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – Cinco por cento saem do ensino fundamental e entendem o que é 5%. Não dá para fracassar mais do que isso, gente.

Tem um índice que compara países em termos de competitividade e no quesito educação estamos atrás da Venezuela. A gente fracassou completamente. O que é esse projeto propõe é devolver aos pais a liberdade de escolha. Liberdade de escolha de dar um futuro para os seus filhos. Isso tudo tem a ver com liberdade de escolha.

Escutei palavras como que o projeto é inconstitucional, é imoral. Imoral é não permitir que uma criança mude a sua vida e não tenha acesso ao ensino de qualidade. Isso é imoral. Como sociedade, a gente não pode permitir que isso aconteça.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Silêncio, pessoal. Silêncio.

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – Existem vários exemplos de sucesso. A gente acabou de escutar um de Porto Alegre. Existe também outros em Minas Gerais.

- Manifestação na galeria.

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – Por que vocês não deixam que tenham mais? Aceitem. É tão simples. O pai vai escolher. Se a escola pública for melhor, ele vai escolher a pública. Se a com gestão privada for melhor, ele vai escolher a com gestão privada. É o pai que vai escolher. Vamos permitir a escolha. É o pai que vai decidir o que é melhor para o seu filho de acordo com onde o seu filho vai aprender mais, onde ele vai ter mais segurança.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sra. Marina, a senhora só falou o nome. A senhora é de onde, por favor?

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – De onde eu sou?

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – É professora?

A SRA. MARINA HELENA SANTOS – Não sou professora. Sou mãe e estudo políticas públicas há 20 anos. Estudei sobre educação de diversos países. Sou do Instituto Millenium. A gente publicou sobre educação. Sou grande defensora do direito de escolha dos pais e de um futuro melhor para as crianças.

É isso. Obrigada.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado.

- Manifestação na galeria.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay, pessoal.

A próxima inscrita é a Sra. Márcia de Oliveira, do Fórum de Entidades, que fará a leitura de uma carta do Fórum.

A SRA. MÁRCIA DE OLIVEIRA – Boa tarde a todos.

Estou representando o Fórum de Entidades. O Fórum é um conjunto de entidades representantes do município não de educação, mas de todos os servidores do município de São Paulo. Então, estamos falando do conjunto de trabalhadores desta cidade.

Vou fazer uma leitura. Só para dizer que eu também sou mãe e apoio a escola pública. (Palmas)

“Fórum das Entidades Representativas dos Servidores Municipais de São Paulo.

Nota de Repúdio ao PL nº 5730021

O Fórum das Entidades Representativas dos Servidores Municipais de São Paulo vem expressar seu total repúdio ao PL nº 573/2021, de autoria de Vereadores, que tramita nesta Câmara Municipal e autoriza o Poder Executivo a implementar o sistema de gestão compartilhada em escolas de ensino fundamental e médio da rede pública municipal de ensino em parceria com organizações da sociedade civil sem fins lucrativos, o que significa terceirizar a educação, retirando da esfera pública o papel constitucional de gestão da educação pública.

Ao permitir que a propositura seja aprovada, a Câmara Municipal estará contribuindo para o processo de destruição da Educação pública brasileira, encarnando, assim, a falta de compromisso com políticas públicas responsáveis no Município e contribuindo para a redução de investimento público na Educação.

A crescente terceirização de serviços públicos que vem sendo praticada há décadas, já se mostrou deletéria para a qualidade dos serviços prestados à Educação e, além de consumir grandes parcelas de orçamento municipal favorecendo organizações sociais em detrimento à população paulistana.

Enquanto isso, esta Casa vem aprovando projetos que, sob o título de valorização dos servidores, impõe duras medidas de restrição dos seus direitos e lhes nega até a mais simples reposição de perdas inflacionárias, enquanto aumenta as suas contribuições ao sistema previdenciário.

O PL 573/2021, ora em comento, contém uma série de irregularidades para as quais a Comissão de Constituição e Justiça e Legislação Participativa não colocou objeção e deu parecer favorável. Ato contínuo, houve uma tentativa de realização de Congresso de Comissões, o que evitaria o crivo da Comissão de Educação, Cultura e Esportes. Felizmente, esta conseguiu impedir essa manobra e convocar audiência pública para os interessados, para que pudessem ser ouvidos.

A Rede Municipal de Ensino desta Cidade está muito bem estruturada e conta com um quadro de profissionais de Educação concursados, a grande maioria deles com formação universitária e com várias iniciativas de formação continuada, tanto em seus quadros de docentes como gestores e apoio à Educação.

Aprovada, tal proposta transforma em letra morta o Estatuto do Magistério Municipal ao impor a remoção compulsória aos professores e apoio, que preferiram não estar sob a égide de ordenamento das Organizações Sociais. Vale lembrar que por ter o direito e o exercício determinado à escola, o profissional da Educação, após concurso de ingresso, também precisa se submeter a concurso anual de remoção.

A Constituição Brasileira e a Lei de Diretrizes e Bases - LDB, ao consignar a gestão democrática com princípios básicos da Educação pública, expressa que a sociedade tem o poder e o controle sobre as decisões de Educação de sua unidade escolar até às esferas superiores.

Pelas razões acima expostas, este Fórum repudia taxativamente o PL 573 e conta com o voto contrário dos Srs. Vereadores e Vereadoras a esta desnecessária e insidiosa tentativa de repassar ainda mais recursos públicos à iniciativa privada”.

Esta carta foi entregue a todos os Vereadores desta Casa e a gente pede a retirada do 573. (Palmas)

Eu informo a vocês: eu sou administradora de carreira e sou estudiosa, há 35 anos, de Administração Pública, como o meu cargo exige no dia do meu ingresso.

Bom dia. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu quero anunciar a presença *on-line* dos Vereadores Thammy, Daniel Annenberg, Fabio Riva e Delegado Palumbo.

O próximo inscrito é o Vereador Rubinho Nunes.

O SR. RUBINHO NUNES – Presidente, primeiro eu gostaria de lamentar, porque eu solicitei questão de ordem, há muito tempo, apenas com o objetivo de ter acesso à informação de qual seria o tempo de fala. E, com todo o respeito que tenho por V.Exa., Presidente, que sempre foi um Vereador extremamente democrático, fiquei surpreso, de forma bastante negativa, pela postura de V.Exa. em negar a questão de ordem, que é regimentalmente assegurada ao Parlamentar.

Mas, de antemão, quero dar bom dia a todos os presentes e a todos exclusivamente, porque me refiro ao colegiado como um todo. Portanto, respeitando as normas gramaticais da Língua Portuguesa, que é o que a gente está debatendo em apreço.

O primeiro ponto do projeto, a que eu quero fazer menção, é justamente corrigir uma inverdade, uma mentira, uma *fake news* que é constantemente dita, que se trata de privatização. Quisera eu que estivesse tratando de privatização da Educação, porque eu sou totalmente a favor. Mas, infelizmente, a Constituição não permite. Portanto, o projeto busca apenas

modernizar a gestão das escolas, permitindo a gestão compartilhada para que, de alguma maneira, a gente possa aprimorar e melhorar a qualidade do Ensino das nossas escolas municipais.

Vale dizer que muitos dos oradores aqui falaram de investimento. Só que quando a gente para analisar, por exemplo, na gestão Fernando Haddad, enquanto Ministro da Educação, houve um significativo aumento no investimento da educação brasileira e os índices pioraram, o que mostra que não adianta trazer aumento de investimentos se não houver a melhora na qualidade da gestão e dos profissionais que falam em educação.

O que nós temos de gerir aqui e separar é que as pessoas que tanto esbravejam, não estão se referindo à qualidade da educação. Estão se referindo, na realidade, à manutenção de privilégios e regalias delas, enquanto servidoras que são, e não pensando no futuro dos alunos, e que é este o assunto em apreço e é isso o que a Vereadora Cris Monteiro e, em especial, eu e o Vereador Fernando Holiday estamos debatendo no projeto. Queremos a melhoria da qualidade de ensino.

Mas, eu concordo com o Vereador Professor Toninho Vespoli. Esta audiência pública nem deveria estar ocorrendo mesmo, porque o projeto já deveria ter sido aprovado. Mas, infelizmente, a audiência pública está servindo de massa de manobra para alguns Vereadores falarem para as suas bases, falarem para as entidades sindicais e não para debaterem o projeto em apreço.

Tanto se falou em igualdade, igualdade, igualdade e justamente o que o projeto busca é igualdade: melhorar o serviço público e nivelar por cima e não nivelar por baixo, tratando os alunos como reféns de uma Educação com falta de qualidade; de uma Educação que não atende as expectativas e que infelizmente fada as nossas crianças da rede pública ao insucesso.

O projeto não versa sobre a privatização. Ele não versa sobre a carreira. Ele também não muda a grade curricular. Portanto, a despeito do que foi dito pela Ordem dos Advogados do Brasil, que respeito bastante, não há vício de inconstitucionalidade, porque o projeto apenas permite, caso seja interesse do Município, a gestão compartilhada e não exclusiva à instituição

privada e também não a instituições bancárias, mas a organizações sociais, que tratam, justamente, sobre gestão na área. Portanto, dentro dessa *expertise*, essas organizações têm a capacidade necessária para aprimorarem, aperfeiçoarem a Educação; melhorarem a qualidade e o ambiente de trabalho dos professores e também, ao mesmo tempo, melhorarem principalmente a qualidade de ensino da rede pública.

Quero agradecer, Presidente, pelo tempo de fala e a todos que me ouviram atentamente e sem interferências. É assim que o ambiente democrático deve prevalecer. E quero manifestar a minha solidariedade à Vereadora Cris Monteiro que, infelizmente, foi hostilizada em plenário.

Muito obrigado a todos. Uma ótima tarde.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Só uma observação, Vereador Rubinho. Esta audiência pública foi convocada por causa do Regimento Interno da Câmara e não para alguém fazer massa de manobra. (Palmas)

O SR. RUBINHO NUNES – Mas, infelizmente, é o que está sendo feito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita, Lourdes Quadros. Três minutos, Lourdes.

A SRA. LOURDES QUADROS – Bom dia a todas e a todos os presentes e a todos que estão nos assistindo virtualmente.

Meu nome é Lourdes. Eu sou professora, diretora de escola da rede pública municipal de São Paulo, agora aposentada, depois de 30 anos trabalhados nessa rede, nessa grande instituição que é a escola pública municipal de São Paulo, que foi construída com muita luta. (Palmas)

Eu quero dizer que eu sou oriunda da educação pública. Estudei sempre na escola pública e eu acho que a escola pública é a instituição, é a necessidade de toda a população, porque sem o serviço público não existe qualidade e atendimento à população, haja vista o SUS durante a pandemia, em que as pessoas tiveram as suas vidas salvas graças ao SUS. Então, viva o SUS. Viva a escola pública. (Palmas)

Quero dizer aqui que as organizações sociais de “sem fins lucrativos” não têm nada. Isso é uma falácia, uma mentira. (Palmas) São um grande negócio. Em nossa própria rede municipal, os CEIs conveniados se transformaram em negócios, inclusive de muitos Vereadores da Casa (Palmas), que ganham, que lucram. É um negócio lucrativo. E muitos trabalhadores dessas entidades conveniadas sequer podem falar. Existem denúncias. Existe uma máfia das creches que estava sendo investigada e hoje parece que parou, porque o Prefeito parece que estaria envolvido nessa máfia.

Então, vamos lá, gente. E vamos dizer, aqui, para o Partido Novo, que de novo não tem nada, que aqui não é lugar de negociata, aqui não é lugar de lucrar, aqui não é lugar de ganhar dinheiro às custas do povo e do dinheiro público. Aqui é lugar de utilizar com seriedade, com respeito, com responsabilidade o dinheiro público exclusivamente para os serviços públicos. Se quiserem ter lucro, se quiserem ganhar, vocês vão lá nos bancos, nas empresas, abram as escolas que vocês quiserem, mas não com dinheiro público.

Aqui as nossas escolas devem ser espaços e nós... E por fim, quero dizer mais uma coisa, é uma vergonha ouvir de uma Vereadora que os nossos alunos são fracassados. É um desrespeito dizer que a nossa educação é um fracasso, vocês estão dizendo o quê dos nossos alunos? Vocês estão desrespeitando o trabalho de todos os professores, desrespeitando o trabalho de diretores, desrespeitando a história, desrespeitando as escolas públicas do município de São Paulo. É uma vergonha. Não existe fracasso na educação pública municipal, as nossas escolas municipais têm projetos e trabalhos maravilhosos. Durante a pandemia, só para lembrar os dois desse Partido, muitos de nós, professores, fizemos campanhas para as pessoas não passarem fome, arrecadamos dinheiro, cestas básicas, fomos às casas dos nossos alunos. Vocês não sabem o que é isso.

Fracasso é o Poder Público que deixou, ou que deixa ainda, a população passando fome, que deixa a população morando na rua. Então, ao invés de se preocupar com a educação pública que vai muito bem, obrigada, no município de São Paulo, preocupem-se com esta população abandonada a própria sorte, acho que vocês passam por cima dela que vive nas ruas.

Essa população precisa de ajuda, de atendimento, de apoio do Poder Público, dos Vereadores, esse olhar vocês precisam ter, para essas pessoas que estão passando fome, que estão abandonadas. Olhem para isso, Vereadores Fernando Holiday e Cris Monteiro, vejam essas pessoas. Acordem, vejam a situação da cidade de São Paulo, não podemos permitir que pessoas ligadas à educação privada, porque são ligadas e duvido que a moça que veio falar aqui tem filho na escola pública. Duvido. Querem ganhar dinheiro, é um negócio. Eles querem transformar a educação em grande negócio com dinheiro público.

Por isso nós temos que repudiar, denunciar e não aceitar, inclusive, denunciar esses Vereadores que querem ganhar dinheiro, lucrar com o dinheiro público para favorecerem a educação privada. Aqui não. Não vamos aceitar. Fora vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado.

Próximo inscrito, Diogo Costa, não tem a identificação aqui. Por favor, se identifique.

O SR. DIOGO GODINHO RAMOS COSTA – Boa tarde, educadoras e educadores, sou Diogo Costa, Presidente da Escola Nacional de Administração Pública, tenho experiência como professor no Brasil, fora do Brasil e aqui na ENAP, na nossa escola, temos feito uma série de pesquisas sobre contratualização do serviço público, temos o mapa da contratualização, com mais de 5 mil contratualizações mapeadas.

E temos também dedicado nosso esforço, aqui temos uma comunidade de educadores, educamos mais de 2,5 milhões de alunos no Brasil, somos uma instituição pública de referência. O que podemos falar é que projetos como esse de gestão compartilhada na experiência internacional e mesmo na experiência nacional, como o Secretário Adriano falou aqui, há casos sim de sucesso, sucesso para o aluno, sucesso para os pais, para a família e sucesso também para os educadores, professores. Nossa Constituição já prevê que a educação pública brasileira inclua escolas comunitárias, escolas confessionais, escolas de sistemas próprios. Então, o modelo de gestão compartilhada de educação já é algo que a nossa Constituição mesmo prevê.

O que podemos falar é que forma de contratualização pode transformar escolas em

organizações. Vejam bem, hoje nossas escolas não têm princípios na organização, ou seja, não tem o princípio de gestão para o diretor, para a sua contratualização, de bens e serviços, para gestão de equipe. As escolas não têm nem um CNPJ, as escolas não têm essa capacidade de oferecer um bom serviço. Se estamos olhando então para a comunidade de educadores e principalmente para os alunos e pais, o que podemos dizer é que existem sim experiências que podem ser adotadas no Brasil e que se bem desenhadas podemos acreditar que consigam obter sucesso.

Para serem bem desenhadas precisam observar cinco diferenciais de escolas modelo que vemos em outras experiências para darem certo. Uma é a cultura de avaliação predominante; a segunda é a flexibilidade de contratação de bens, serviços, equipe; o terceiro é o papel da escolha, do engajamento das famílias na decisão educacional dos seus filhos; o quarto é a possibilidade de replicabilidade, de expansão com bons incentivos para as unidades bem-sucedidas e o quinto é a inovação pedagógica, é você permitir que boas práticas sejam testadas às necessidades educacionais.

Pelo que pude ler do PL, ele toca nesses cinco pontos. Então, nós acreditamos que é uma experiência que merece ser testada em benefício principalmente da cidade de São Paulo, dessa comunidade de educadores, de pais e de alunos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita, Margarida Prado Genofre, da Aprofem.

A SRA. MARGARIDA PRADO GENOFRE – Vou me permitir tirar a máscara, é mais fácil, fica mais clara a dicção. Bom dia, Srs. Vereadores, colegas sindicalistas, educadores e demais pessoas que aqui vieram para trazer a sua contribuição a este debate.

Não vou repetir aquilo que já com tanta propriedade foi dito pela representante da OAB, pela Diretora da Faculdade de Educação da USP, pela nossa querida Selma Rocha, pela Fátima, por todos aqueles que me antecederam e que já esclareceram de maneira bastante fundamentada a impropriedade, a inconstitucionalidade e tudo o mais que esse projeto tem em

seu bojo.

O que vou dizer, em nome da Aprofem, Sindicato que reúne 65 mil servidores públicos municipais, é que não podemos concordar com esta excrecência. Sou professora da Rede, entrei no ano de 1969, são 53 anos acompanhando este ensino municipal ao qual eu dediquei toda a minha vida e continuo, mesmo aposentada eu não estou alheia ao que lhe ocorre, diferentemente o nosso Secretário Municipal de Educação, que deveria estar acompanhando essa discussão, parece que nem tomou conhecimento.

Então, pessoas que vêm de fora, que ignoram a história da nossa Cidade, a história do nosso ensino municipal, que se nem todos conhecem é bom lembrar que o ensino municipal existe graças a iniciativa de professores que se dispunham a primeiro percorrer os seus bairros, arrumar alunos, alugar salas, comprar cadeiras, carteiras, comida, lanche para esses alunos, para depois serem remunerados pelo Poder Público, para depois ganhar o dinheiro público.

Felizmente, quando eu entrei, em 1969, com o primeiro concurso público para professor primário, já estava estruturado o ensino municipal. E de lá para cá, ele só ganhou força, só melhorou, só se ampliou. E agora, pessoas, vejam, em 92, tivemos a discussão do nosso Estatuto do Magistério, começou antes, já em 89. Em 92, tivemos o primeiro Estatuto do Magistério Municipal, depois ele veio sendo aperfeiçoado. Nós temos uma carreira estruturada invejável, carreira esta que várias vezes se tenta destruir, ao tentar impor a remuneração por subsídio. E nós estamos ainda resistindo a isso.

Agora, um projeto desse visa abrir um buraco na cerca por onde vai passar o boi e onde o boi vai passar, com certeza, a boiada virá atrás. Então, o que nós precisamos fazer aqui é continuar sim no debate, na resistência, no confronto das ideias, mostrar que as organizações sociais não estão dando conta da saúde, não estão dando conta da educação infantil, não estão dando conta da cultura, não estão dando conta de nada. Aliás, o Tribunal de Contas do Município tem investigado e tem se posicionado contrariamente à falta de controle que existe nessa distribuição de verbas. Então, eu vejo aqui Vereadores que têm verdadeiro ódio ao servidor público, verdadeiro ódio ao serviço público, mas estão de olho nos recursos públicos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Próxima inscrita é a Sra. Katiene Aparecida Bragantim Sobral.

A SRA. KATIENE APARECIDA BRAGANTIM SOBRAL – Bom dia.

Eu fui professora da rede municipal de educação durante 12 anos e me exonerei em fevereiro deste ano. E, antes de trabalhar na educação municipal, trabalhei três anos concursada também na rede estadual de educação.

Resolvi me exonerar devido ao desmonte da nossa profissão e fui convidada por uma amiga muito querida que tem uma escola particular numa região muito boa, cuja mensalidade é altíssima, e tive a oportunidade de colocar os meus filhos como bolsistas nessa escola. Então, a minha posição de fala é de mãe, é uma posição de professora da rede pública também.

A nossa educação pública está em frangalhos. Isso eu falo com dor no coração, porque eu, como professora da rede pública, mantive os meus filhos sempre na rede pública; e, durante esse pouco tempo que fui para a rede privada, com dor no coração, eu vi que os nossos alunos não estão em condições futurísticas de competir com essas demais crianças.

Quando eu fui professora de rede pública e fiz adaptação dos meus filhos na rede pública, eu fui convidada a sair da escola, porque eles não queriam que eu estivesse dentro da escola como mãe, e eu trabalhava numa outra unidade da rede municipal. Mas na escola particular as mães são acolhidas, elas ficam dentro da escola com os seus filhos. Por qual motivo uma mãe não pode ficar com o seu filho na rede pública também para fazer adaptação?

Concluo minha fala dizendo que sou, sim, a favor do projeto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita é a Sra. Melissa Ribeiro Saraiva, Crece Central - Conselho de Representantes dos Conselhos de Escola.

A SRA. MELISSA RIBEIRO SARAIVA – Bom dia a todos. Eu sou mãe de alunos da rede pública, do 8º ano e do Ensino Médio, estou como coordenadora do Crece Central e vim trazer o nosso posicionamento contrário a este PL.

O que a gente tem visto e o que ouvi hoje sobre este PL me deixou indignada de como as pessoas vêm falando sobre a escola pública e sem realmente um conhecimento de todas as escolas, porque a gente não pode generalizar baseando-se em fatos isolados que acontecem em uma única escola.

O Crece central tem acesso a todas as escolas da rede pública, nós conversamos com as 13 DREs e recebemos problemas de algumas escolas, sim. Só que isso acontece e nós podemos resolver dentro da nossa gestão pública, dentro dos conselhos da escola, com diálogo, com construção participativa de toda a comunidade escolar: das famílias, da coordenação, da supervisão e dos estudantes.

É muito triste a gente estar falando de privatização, da terceirização da gestão, também do que será feito dentro das escolas, sem escutar as famílias que realmente estão dentro das escolas, que estão ali acompanhando, a gente não escuta os estudantes.

As pessoas vêm falar, vêm gritar, mas não escutam o que o Crece está fazendo dentro das escolas, porque nós somos representantes de conselhos de escolas; nós estamos diariamente, constantemente, com as escolas, com os conselhos, com os estudantes, com os professores, e nós sabemos que a escola pública funciona, que a escola pública dá certo. O que não dá certo é querer terceirizar a gestão e os ensinamentos e pegar o dinheiro, que é dos nossos filhos, desvalorizar e humilhar os nossos professores.

Nós não podemos admitir que, na maior cidade do País, venham pessoas para desvalorizar, humilhar, tanto os professores, quanto os nossos filhos. Isso é inadmissível. Falar que nossos filhos são fracassos? Ficar ofendendo os professores, os nossos filhos? Até quando a gente vai admitir isso? E ficar criando um projeto vindo de pessoas que não reconhecem o talento dos nossos filhos, o talento dos professores da escola pública? Vocês têm que ter vergonha do que estão fazendo, vergonha.

Isso eu falo para a Cris Monteiro, para o Fernando Holiday, para o Rubinho Nunes. É vergonhoso o que vocês estão fazendo. Os meus filhos e os colegas deles, os professores da nossa rede, não são fracassados. Vocês têm que valorizar as pessoas que estão ali dentro, têm

que ter vergonha na cara. Não vou aceitar isso.

Eu sou mãe e não sou sindicalista. Mas por que também não pode ser sindicalista e vir falar? Por que vocês acham que só vocês são detentores de toda a verdade? Vocês não conversaram com a sociedade civil, não conversaram com a comunidade escolar. Nenhum Crece regional, nenhum Crece central, foi consultado sobre este PL, para ouvir quais são as reais necessidades da escola pública.

Este projeto não trata das necessidades da escola pública. Nós temos muitos problemas, sim, só que este projeto não trata de nenhum problema real que nós temos. Quando que realmente vamos começar a falar dos problemas da escola pública? Quando? Essa é a pergunta. Porque querer roubar o dinheiro dos nossos filhos e tirar o trabalho dos nossos professores e desvalorizar os nossos estudantes é fácil; agora, quando vocês vão começar a trabalhar realmente pela escola pública? É isso que quero saber.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito obrigado.

Eu queria passar a palavra para a Vereadora Silvia, mas, antes disso, eu queria anunciar a presença da ex-Secretária Municipal de Educação, Sra. Cida Perez.

Pode fazer parte da Mesa, se a senhora puder, por favor.

Vereadora Silvia, com a palavra.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Eu tive que respirar fundo várias vezes enquanto eu ouvia alguns colegas, algumas pessoas, porque, de fato, quando nós, educadores, somos chamados de fracassados, é uma ofensa. E talvez não seja uma ofensa porque eles querem nos ofender, talvez eles nos ofendam porque são ignorantes, porque não sabem o que acontece na escola pública. (Palmas)

Nós, educadores – e eu estou Vereadora, mas sou professora da rede municipal –, matamos um leão por dia para dar conta de todos os desafios que nós temos no chão da escola.

A gente acorda de madrugada para chegar na escola às sete horas da manhã para recepcionar com um bom dia, com um café, com felicidade, com alegria, aqueles que estão numa

situação, muitas vezes, de trauma, de privação de alimentos e de carinho, tudo o mais. Na EJA, nós ficamos na escola muitas vezes até a noite, porque começamos de manhã e vamos até a noite, dando o nosso melhor, a nossa melhor energia. E fazemos isso porque acreditamos na educação pública; acreditamos que, através dessa educação pública, os filhos e filhas da classe trabalhadora vão, sim, ser uma fábrica de superação. Fábrica de superação. Chamar a escola municipal de fábrica de fracasso é, sim, uma ofensa de quem não está lá, porque o que acontece na escola pública, com todos os problemas que nós temos, nós conseguimos superar. E os nossos estudantes saem muito melhores. Eu tenho certeza disso porque eu visito escola toda semana. E, a cada escola que eu vou, é um orgulho [para mim] os projetos que são feitos.

Sabe o que é fracasso? Trinta anos de neoliberalismo aplicado no Brasil. Isso é fracasso. Fracasso é os nossos estudantes jovens não terem emprego, fracasso é os pais e as mães não terem nenhum direito trabalhista, fracasso é as casas em que moram, porque muitas vezes não existe moradia digna. Esse é o fracasso de trinta anos de aplicação do projeto neoliberal do Brasil. E nós, na escola pública, sabe o que fazemos? Nós fazemos das tripas coração para superar isso que eles implementaram no Brasil: miséria, fome, saúde privatizada, sim. O Hospital da Brasilândia está o caos. Culpa de quem? Culpa da farra das organizações sociais. Organização social, nada, é organização do capital.

Por último, queria falar de democracia.

Eu não fui a nenhuma escola em que tenha pessoas favoráveis a esse projeto – 100% da rede municipal é contra esse projeto. Então, Vereadores, olhem para a maioria, olhem para a democracia. Democracia é respeitar a maioria. E a maioria não quer esse projeto. Retirem o PL 573.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – O próximo inscrito é o Vereador Fernando Holiday.

Quero anunciar a presença *on-line* do Vereador Roberto Tripoli.

O SR. FERNANDO HOLIDAY – Eu gostaria, inicialmente, de lamentar essa saída

em massa do plenário. É realmente uma pena, porque a vaia dos sindicatos me soa como um elogio, me soa como combustível, e eu lamento não ter esta vaia aqui hoje presente.

E lamento também que sejam absolutamente incapazes de ouvir opinião contrária com absoluto respeito. Esses, infelizmente, representam uma parcela, acredito, pequena dos professores responsáveis pela educação da nossa cidade – que, de educação, não tem absolutamente nada.

Mas, na minha fala de hoje, eu gostaria de focar nesse projeto inicialmente parabenizando a Vereadora Cris Monteiro, pela sua coragem, parabenizando também o Vereador Rubinho Nunes, Vereadores com os quais eu divido a coautoria deste projeto.

O que nós discutimos essencialmente é o direito de escolha dos pais. E quem fala aqui é alguém oriundo da escola pública. Estudei a minha vida inteira em escola pública, fui condenado a não ter escolha. Minha mãe foi condenada a não ter escolha. Nós tínhamos que engolir, e tivemos que engolir, ao longo de anos, a péssima qualidade da educação pública. É absolutamente surpreendente – eu diria surreal – pessoas subirem nesta tribuna e dizer: “A educação do Município de São Paulo vai muito bem, obrigado”. Quanta falta de vergonha na casa. Quanta ousadia. As crianças estão sendo expostas às drogas na porta da escola, o tráfico, muitas vezes, manda mais do que a própria direção, os professores, às vezes, apanham dentro da sala de aula; mas, para o sindicato, a educação vai muito bem, obrigado. As mães são obrigadas – o-bri-ga-das! – a colocar os seus filhos dentro dessas escolas. São obrigadas a engolir os seus filhos dentro da sala de aula cercados pelo crime; mas, para o sindicato, a educação vai muito bem, obrigado.

O que o projeto que nós estamos defendendo traz é o seguinte: a mãe e o pai pobre, que hoje são obrigados a ver o seu filho cercado pelo crime e pela incompetência dentro das escolas públicas, podem escolher. Afinal de contas, será que é mais vantajoso deixá-lo com a gestão pública ou será que é mais vantajoso colocá-lo em uma gestão privada?

“Ah, mas a gestão privada não tem funcionado”.

Pois bem, então esse modelo não vai durar, porque nós não estamos impondo um

modelo, nós estamos impondo a liberdade de escolha. O que funciona, os pais escolhem e tem aluno; o que não funciona perde aluno e deixa de existir. É isso. É simples. Então quem tem medo deste projeto? Quem é incompetente, quem não trabalha, quem é vagabundo, quem tem medo de se olhar no espelho e perceber que uma escola com gestão privada pode ser infinitamente melhor do que a gestão pública que hoje os alunos pobres são obrigados a engolir.

Não, senhoras e senhores, enquanto eu tiver mandato, defenderei a liberdade de escolha dos pobres da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo e deste país. Por isso eu sou a favor deste projeto.

Muito obrigado.

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu quero chamar a Sra. Cecília Teixeira.

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Eliseu, o Vereador Professor Toninho Vespoli também está inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou dizer uma coisa a vocês: são 13 horas e 10 minutos, esta reunião vai acabar às 14h em ponto – não pode passar disso. Às 14h, vamos encerrar.

Atualmente, há 90 inscritos...

O SR. PROFESSOR TONINHO VESPOLI – Eliseu, por favor, só fale quando este Vereador puder falar.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Eu vou dando a palavra para alguns, mas muitos não falarão – são 90 inscritos, não dá. Vai terminar às 14h, são 13h10.

Então a inscrita para falar é a Sra. Cecília.

A SRA. CECÍLIA DONHA TEIXEIRA – Eu me chamo Cecília, sou mãe de dois alunos do ensino fundamental da rede pública municipal, membro de conselho de escola – do Crece Santo Amaro, do Crece Central e faço parte da Rede de Mães da Escola Pública por Direitos.

Em primeiro lugar, que queria manifestar indignação com a fala da Vereadora. Meus filhos não são fracassados; seus colegas não são fracassados. (Palmas)

Eu também queria responder a Sra. Marina Helena que circulou na rede dizendo que ela por ser mãe da rede privada tinha do dobro do direito de fala de uma mãe da escola pública porque ela pagava a escola dos filhos e uma vez que ela pagava impostos também, ela teria mais direito do que eu de falar. Ela não tem mais direito do que eu de falar. (Palmas) Eu sou mãe da escola pública.

Eu queria contar para a Vereadora que a gente não fica buscando no balcão a melhor escola, realmente. Eu não sou cliente da escola pública. Eu sou membro da comunidade escolar. (Palmas) por meio do conselho de escola eu construo a qualidade de educação dos meus filhos no Conselho de Escola eu debato com professores, funcionários, estudantes as nossas questões cotidianas, do território, da nossa unidade; a gente debate as verbas que chegam nas escolas; a gente aprova, e a nossa associação de pais e mestres que tem um CNPJ. tem conta em banco, executa e presta contas. Eu assino a cada dois meses a prestação de contas da minha escola.

Então, a gestão democrática serve ao controle social dos recursos públicos e é peça fundamental para a qualidade da educação.

A segunda coisa: é que a escola não está isolada do seu contexto de profunda desigualdade social. Justamente aprofundada pela agenda neoliberal que o Partido Novo tanto defende. É, no mínimo, cruel cobrar desempenho de estudantes que não possuem a mínima condição de vida, direito à alimentação, moradia, cultura e saúde, que não estão plenamente garantidos para a gente.

Então, não é uma questão de otimizar recursos. É questão de investir, de cumprir com o orçamento mínimo. (Palmas) Cumprir o mínimo do orçamento que esta Prefeitura não conseguiu cumprir no ano passado.

Para finalizar, a gestão democrática de verdade, financiamento e cuidado integral com os nossos alunos. É disso que a gente precisa.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Muito bem.

O próximo inscrito é o Vereador Celso Giannazi; depois, a Norma; em seguida, Mano

Ferreira e, depois, Lira.

O SR. CELSO GIANNAZI – Boa tarde a todas, a todos, a todes que estão presentes e de forma on-line também. São muitas pessoas interessadas nesta audiência pública.

Primeiro, quero dizer a vocês que nós estamos nesta audiência pública novamente, nós tivemos uma audiência na semana passada e estamos tendo a segunda porque nós, da Comissão de Educação, obstruímos todos os projetos do plenário da Câmara Municipal porque, se não, não haveria nenhuma audiência pública porque os autores do projeto não queriam discutir isso. Passaram esse projeto na Comissão de Constituição e Justiça. Não sei como, mas aqui falou a representante da OAB – se não vale nada, Vereador Rubinho Nunes que falou no início deveria respeitar mais a OAB, porque foram citados vários artigos de ilegalidade e de inconstitucionalidade desse projeto que é uma aberração completa.

Dito isso, nós estamos nesta audiência pública por isso, por trazer para as pessoas que não tem nenhum argumento. Não encontramos nenhum até agora. Eu ouvi atentamente outras falas favoráveis ao projeto, mas não teve nenhum ponto positivo que condiz com a realidade das nossas escolas municipais.

O projeto é escrito por quem nunca pisou num chão da escola, por quem não conhece a realidade das nossas escolas. (Palmas) Porque é um projeto que coloca como exemplo de sucesso – está escrito na justificativa do projeto que o grande exemplo são as creches conveniadas na cidade de São Paulo. Todos sabem, a mídia já divulgou, o próprio Tribunal de Contas do Município tem um relatório muito recente que fala que o índice de qualidade das creches conveniadas é muito inferior ao da rede direta, porque há uma precarização da mão de obra, não tem informação, dupla jornada, salários baixos. Há uma precarização do trabalho das nossas professoras da rede conveniada. Essa é uma realidade.

O que o projeto prevê, além desses problemas de qualidade, há, também, a tão famosa, falada na mídia, na máfia das creches conveniadas.

Esse projeto está abrindo uma possibilidade para que a gente tenha também o índice de qualidade pior no ensino fundamental, uma máfia do ensino fundamental na cidade de São

Paulo. A gente não pode, de forma alguma, concordar com isso.

O projeto tramitou e agora está na Comissão de Educação da Câmara Municipal. Nós estamos debatendo esse projeto. Já apresentei um substitutivo com parecer contrário a esse projeto por todas as ilegalidades e inconstitucionalidades, inconsistências do projeto que não dialoga com a realidade das escolas. Não é trocando a gestão das nossas escolas municipais – a rede municipal é premiada em todo o Brasil. É a melhor rede municipal de todo o Brasil. Não é trocando a gestão das nossas escolas por uma gestão privada, por Organizações Sociais que é sem fins lucrativos, porque o objetivo do projeto... esse projeto já foi derrotado na Assembleia Legislativa, já foi derrotado em outros lugares. Eles querem abocanhar parte do recurso público. É isso o que o Partido Novo quer fazer. (Palmas) É isso que eles tentaram fazer na Lei do Fundeb, tirando 16 bilhões de reais. Eles querem se aproveitar do recurso público, mamar no setor público, e criticar o servidor público. Isso não vai acontecer porque nós não vamos permitir que isso aconteça.

Um projeto desse que escreve – olhem, têm muitos profissionais da educação aqui, servidores públicos, pais e mães: que os diretores e gestores de escola são indicados, escolhidos, a pessoa não conhece absolutamente nada, desconhece a Lei 14.660, o Plano do magistério que a Professora Margarida colocou aqui, construído com Paulo Freire, com Luiza Erundina. A gente não vai deixar isso ser jogado na lata do lixo. Quem tem que ir para a lata do lixo é esse projeto. (Palmas) Porque a gente vai derrotar na Comissão de Educação da Câmara Municipal porque é uma vergonha esse projeto. Depois, se os autores não retirarem esse projeto, a gente vai derrotá-lo no plenário da Câmara Municipal, porque aqui não passarão.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Os próximos a farem para que ser preparem: a Norma; Joélia, e, em seguida, Mano Ferreira.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Boa tarde a todas e todos. Infelizmente, saiu que eu queria falar uma coisa antes de falar do PL.

Eu sou Norma Lucia, sou Presidente do Sinesp, oriunda de escola pública da periferia da cidade de São Paulo, mulher negra, pais nordestinos, onde a minha escola...

- Manifestações no recinto.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Eu vou esperar um pouco a saída do...

- Manifestações no recinto.

A SRA. NORMA LÚCIA ANDRADE DOS SANTOS – Realmente, ficou melhor. A atmosfera ficou muito boa, agora.

Como Presidente do Sinesp, eu gostaria até que tivesse ficado, porque nós não admitimos e jamais vamos admitir, seja Vereador, seja uma pessoa comum, que se levante para chamar qualquer servidor ou servidora pública de vagabundos. Nós vamos tomar as medidas cabíveis, nesta Casa, no Ministério Público e na Justiça Civil, porque não dá mais para admitir esse tipo de ação contra nós, servidoras e servidores públicos, que levamos o serviço para toda a cidade de São Paulo, seja no Centro, seja na periferia. Somos nós que estamos lá.

Por isso, nós conhecemos as unidades educacionais e, por isso, nós sabemos que esse PL é terrível. Ele é nefasto. Ele é inconstitucional, sim. No dia 26 de maio, o Sinesp, com o seu corpo jurídico, entregou para todos os Vereadores, nesta Casa, um documento mostrando a inconstitucionalidade deste PL.

Ele é inconstitucional, mas eu quero levantar algumas questões que foram trazidas aqui, que me deixaram mais indignada, ainda, do que ler todo esse PL, quando se fala da nossa desonestidade intelectual. Não existe desonestidade intelectual. Este PL é inconstitucional. Os próprios corpos jurídicos já disseram que ele é inconstitucional. Então, a desonestidade intelectual não é nossa. Não é dos servidores. Não é dos Vereadores que estão apoiando a nossa causa. Ser professor e ser sindicalista também não é nenhum problema. Isso é uma qualidade. Isso é uma forma de resistência, que poucos têm e na educação todos nós temos.

Eu não posso deixar de falar que o que também incomoda muitos Vereadores nesta Casa é que, nas gestões passadas, no Governo Federal, foi no MEC, quando o MEC funcionava, que tivemos condições de o negro, o pobre, o periférico, aqueles que não tinham condições, entrarem nas universidades. Isso está incomodando muita gente.

Vamos continuar resistindo e a resistência é: não aceitamos o PL 573.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado. Por favor, a próxima inscrita é a Sra. Joélia, do Sedin.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Eu retirei a minha máscara.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Retirou? Então, vamos lá. O próximo é...

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – A máscara...

Gente, deixem-me falar, porque eu sei que o tempo é curto e as angústias são muitas. As pessoas precisam falar um pouco. Eu quero começar a falar. Boa tarde a todos os companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Só uma coisinha, pessoal: eu preciso ser um DJ para conseguir organizar isto, aqui.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Cumprimento a Mesa, que eu não cumprimentei.

Quero iniciar minha fala, mencionando Prof. Lisete Arelaro, Mario Sergio Cortella, Paulo Freire, Maria Malta, Ana Lúcia Goulart, Fúlvia Rosemberg, Ana Mello, que está presente, Luiza Erundina, que foi a melhor Prefeita desta cidade, quando fez o Estatuto do Magistério, Fernando Haddad, melhor Ministro de Educação do país, que foi Prefeito de São Paulo há poucos anos. São pessoas que construíram a educação deste país, que ajudaram na construção.

Eu quero citar na minha fala quatro Vereadores – erva daninha que se encontra na Câmara Municipal: Rubinho Nunes, Fernando Holiday, Cris Monteiro e Janaína Lima. Por que é que estou citando esses nomes? São nomes que vêm paulatinamente desconstruindo, desmontando o serviço público, dentro desse mandato desse Prefeito sanguessuga.

Por que é que eu estou falando isso? Eu estou falando isso porque, juntamente com o fórum e com os sindicatos, o pouco que tivemos é que fomos recebidos em mesas de negociações e foram apresentadas algumas coisas, como o 428, assim, sem discussão. Quanto a audiências públicas, fomos nós que recorremos para ter este momento, como estamos tendo agora, mas é de um autoritarismo, de um desrespeito, de um desmonte ao serviço público. Têm

vindo essas propostas à Câmara e têm passado feito água. Eu vejo se levantando alguns Vereadores, a Base do PT e a Base do PSOL, mas eles são a maioria.

Quando a Vereadora Cris Monteiro falou, aqui, ela nos chamou de cachorros. Os Vereadores Rubinho Nunes e Fernando Holiday nos chamam de vagabundos o tempo todo e não acontece nada. Nós precisamos que os Vereadores desta Casa que são decentes se posicionem, Vereador Eliseu Gabriel. Não dá para ficarmos vindo aqui fazer a defesa da educação.

Quem são essas pessoas na fila do pão? Quanto a essa Vereadora Cris Monteiro, eu levantei, aqui, a capivara dela, rapidamente. Ela é do setor financeiro. O pai é taxista. A mãe é empregada doméstica analfabeta. Foi eleita com 18 mil votos. Vem com um projeto dessa envergadura, do desmonte da educação pública, e temos de prestar atenção. O Vereador Fernando Holiday, quem é ele? Estudante de história – criança que nasceu em 1996, com poder na mão e não sabe lidar com isso. Como isto pode acontecer na maior Câmara Municipal, na maior cidade deste país? Será que essas pessoas podem ter autonomia no poder que têm, no desmonte da educação pública?

Eu estou aqui, em frente a uma pesquisadora da universidade pública, a Prof. Ana Mello, responsável pela construção e mobiliário dos CEUs desta cidade. Foi a melhor proposta de educação pública, principalmente na educação infantil.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos encerrar, Sra. Joélia.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Só um instante, Sr. Presidente. Eu quero falar uma coisa só do Projeto de Lei 573, porque as outras professoras e o fórum já falaram. Além de ser irregular e inconstitucional, ele tem um item altamente autoritário. Não é só a terceirização da gestão. Ele diz o seguinte: que os profissionais da educação que discordarem podem ser removidos para qualquer Secretaria desta cidade. Isso nos leva a um período do projeto PAS na cidade de São Paulo, que precarizou a saúde, e agora é a precarização da educação.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Sra. Joélia, o seu tempo acabou. Por favor,

já são seis minutos. Não dá.

A SRA. JOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS AGUIAR – Desculpe por me exceder, porque é muito difícil não falar desses momentos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay, muito obrigado. Já passou o seu tempo.

O próximo a falar é o Sr. Mano Ferreira.

O SR. MANO FERREIRA – Boa tarde a todos.

Cumprimento todos na figura do Presidente, Vereador Eliseu Gabriel.

Meu nome é Mano Ferreira. Eu estou aqui como diretor do Livres. Somos uma associação civil sem fins lucrativos que atua em todo Brasil, com desenvolvimento de lideranças e curadoria de políticas públicas. Entre nossos conselheiros acadêmicos, temos os professores Ricardo Paes de Barros e André Cortella, que são especialistas em análise de desempenho da educação pública e contribuíram com o nosso caderno de políticas públicas.

A gente traz algumas propostas para a educação pública brasileira. O que nos move como organização é o grande sonho de vivermos em um Brasil realmente livre; um País em que o lugar de cada pessoa na sociedade seja mais resultado de suas próprias escolhas do que uma imposição das condições sociais de nascimento.

Infelizmente, como todos sabem, ainda estamos muito longe de chegarmos nesse sonho. E mais do que um sentimento difuso a gente pode afirmar isso com base em dados.

Nesse sentido, o principal indicador é a mobilidade social intergeracional, ou seja, o quanto o destino socioeconômico dos filhos é definido pela realidade socioeconômica de seus pais.

Tem um *ranking* do fórum econômico mundial sobre mobilidade, onde o Brasil ocupa o lugar número 60, entre 82 dois países pesquisados. Segundo esse levantamento de 2020, os filhos mais pobres do Brasil levariam nove gerações para atingir o patamar da renda média do país. E veja bem, esse não é um comparativo dos mais pobres com os mais ricos, é dos mais

pobres brasileiros com a renda média. A gente está falando de nove gerações.

Pois bem, O que eu acho importante pontuar nesse debate com muita clareza é que defender que tudo simplesmente se mantenha como está, sem nenhum tipo de nova ação de modelo; é defender precisamente essa situação, que os mais pobres esperem nove gerações para chegar à renda média do país.

Esse quadro aterrador me remete às palavras sábias do professor Anísio Teixeira, grande pioneiro a escola pública no Brasil, em que a democracia será uma farsa em véspera, talvez, de se encerrar em tragédia, se não dermos aos nossos cidadãos os instrumentos, as armas de sua emancipação individual.

E qual é o principal instrumento de emancipação individual a que se referiu o Prof. Anísio Teixeira? É a escola pública. Pública, assim, de acesso amplo, universal e gratuito. Só que escola pública não é sinônimo de escola estatal. O que a gente precisa perguntar é: o modelo atual consegue garantir o direito dos alunos de se desenvolverem? E aí eu trago mais um dado do IMDS – Instituto Mobilidade e Desenvolvimento Social.

Em 2014, praticamente 70 de cada cem filhos, cujos pais têm ensino superior completo, também atingiram esse nível de escolaridade. Só que quando a gente analisa a situação dos filhos dos pais que não tiveram instrução superior, o dado é que quatro a cada cem estudantes somente conseguem chegar à universidade. O que esse dado explicita é que o modelo atual não está trazendo resultados esperados pelos cidadãos, a gente não está conseguindo dar igualdade de oportunidade.

Ao longo das falas, eu ouvi uma pergunta boa.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Conclua, Mano, que o tempo está se esgotando. Você conclui, por favor?

O SR. MANO FERREIRA – Concluo. O que são boas práticas de gestão? São aquelas que trazem resultado, aprendizado dos estudantes. Esse deve ser o nosso foco de todos os esforços. O direito de aprender precisa ser defendido e não um modelo engessado de licitação de lâmpada e ventilador.

A gente precisa defender, como dizia o professor Anísio Teixeira, que a parte que não é privativa do estado, o que o espírito democrático recomenda é pluralismo institucional que impeça a centralização.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Okay.

O SR. MANO FERREIRA – Então, com isso eu gostaria de saudar a Vereadora Cris Monteiro pela iniciativa deste PL, e dizer que o que nós precisamos é de diversidade e inovação. O Brasil não terá futuro sem diversidade e inovação, por isso a gente precisa experimentar o modelo trazido pelo PL. O Livres apoia a inovação das escolas.

Obrigado, Presidente.

- Manifestações no recinto.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

O próximo inscrito é o Vereador Delegado Palumbo.

Com a palavra. Vereador.

O SR. DELEGADO PALUMBO – Boa tarde, Presidente. Muito obrigado por ceder a palavra.

Eu serei muito breve. Mais uma vez eu reforço o meu compromisso de sempre defender os funcionários públicos. A falência do serviço público não é culpa dos funcionários públicos, é culpa dos governantes estadual, municipal que aí estão. (Palmas)

Para quem duvida disso, que acha que a privatização vai melhorar alguma coisa, saiam de seus gabinetes e deem uma andada pelas ruas. Vão até o PS, ali no Jaçanã, onde é um serviço particular. Cheguem lá por volta das 17 horas, 20 horas, 21, que vocês vão ver a qualidade do serviço que estão prestando. Serviço particular, porque tem uma empresa lá que presta serviço. Vá lá no Hospital da Brasilândia, onde foram demitidos injustamente mais de 700 funcionários. Foram demitidos da noite para o dia, sem receber rescisão trabalhista, sem absolutamente nada. Quem fazia a gestão era o labas, agora colocaram outra empresa que também têm suspeitas de corrupção e é uma porcaria também. Vai acontecer a mesma coisa no serviço escolar se colocarem essas organizações. E eles têm sim intenção de ganhar dinheiro.

Então esses vereadores que acham que funcionário público é vagabundo estão redondamente enganados. Eu sempre trabalhei muito. A minha esposa trabalha muito, os meus pais trabalham muito. Então, lavem a boca antes de falar qualquer coisa de funcionário público. (Palmas) Percorram as escolas, percorram os PSs e vocês vão ver o que está acontecendo. Vocês estão redondamente enganados.

Muito obrigado Sr. Presidente. Obrigado a todos, porque todody é o eu que dou para o meu filho.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

A próxima é a Sra. Ana Melo, da USP, por favor. Três minutos.

A SRA. ANA MARIA DE ARAUJO MELLO – Boa tarde a todas, todos e todes.

A companheira Jô já fez as apresentações. Quero agradecer a oportunidade da fala, Vereador, Vereadores presentes, Cida Perez, em nome de todo mundo. Tem gente da minha geração aqui nesses 40 anos de luta. Pena que o pessoal saiu, porque na verdade, gente, para mim é a velha frase a história humana é história de lutas de classe. Estamos aqui em mais uma luta de classe.

Essas pessoazinhas que vieram representar esse projeto já mostram o lado que estão, não é, gente? Quando defende a escola privada, do jeito que aquela mãe defendeu, sem dar referência, com desprezo total ao trabalho de um coletivo enorme, de uma cidade como essa, que têm várias cidades dentro, que tem uma população mais diversa que já conheci em todo Brasil nessa cidade, e de lutadores que são incansáveis.

Fico olhando essa Mesa e fica passando histórias, Jô, de quando a gente era menina. Não vem ao caso agora, porque velhinho gosta de contar história, né, Eliseu? Então, vamos para frente, pensar que é luta de classe, gente.

Essa gente quer pegar o maior filão do Brasil, que é uma rede importante, que tem dinheiro, e já fizeram isso com diferentes presidentes, diferentes modos de privatizar, que é o artigo que a gente acaba de publicar na revista em homenagem à Fúlvia, a Fundação Rosenberg, que conta a história dessa cidade.

São diferentes modos de privatizar. Isso não nasceu com a Cris, ela só vem achando que ela está fazendo a maior modernidade.

E o nosso colega, que acabou de falar aí como educador, citando Anísio Teixeira, por favor. Não é? Socorro. Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira, Paulo Freire, pessoas que estão aqui e que lutaram por essa rede, merecem ser citados com – aí sim – com dignidade e honestidade intelectual. Eles não defenderam isso. Cida Perez sabe, a gente defende uma rede pública, gratuita, laica e para todos. E é com vocês que vamos terminar de construir essa rede.

Sr. Presidente, só para concluir, tem um documento que o Tribunal de Contas entregou em 2021. Ele é um documento sério, eu acho que todo mundo deve ler. Os sindicatos devem estudar. Mostra que rede direta é só 16%; a rede parceira, a ditaconveniada 83,9%. Quando eu fui diretora dessa rede tinha 30 creches conveniadas, hoje é a maioria. E o que esse documento mostra? Tribunal de Contas desta cidade mostra problemas com aluguel, problemas com pagamento de salários, problemas com férias, “n” problemas funcionais de férias.

- Manifestação no recinto.

A SRA. ANA MARIA DE ARAUJO MELLO – Agora, fora desse relatório, nós temos denúncias sérias, históricas. Cural eleitoral, grupos milicianos e muitas famílias procuram a nós, Jo, para dizer: “Estamos sendo assediados”. Os Vereadores desta Casa precisam saber disso. Não só não deixar, Delegado Vereador, uma mulher, uma professora que está trabalhando das 4 da manhã e que tem carga mental ainda para fazer a terceira jornada na casa *etc.*, que ainda a carga mental é feminina, gente, não vamos esquecer disso...

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Vamos encerrar, por favor.

A SRA. ANA MARIA ARAUJO DE MELLO –.... não pode deixar qualquer Vereador xingar a gente de qualquer nome, não pode. A gente não pode autorizar. (Palmas)

Então, eu acho muito bom os sindicatos entrarem com ação contra isso, e a gente não admitir jamais que numa Casa como essa sermos xingadas ou de vagabundas ou de preguiçosas *etc.*

Muito obrigada pela palavra, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Próxima inscrita, Lilian, do Sinpeem. Depois, Nelice Pompeu.

A SRA. LILIAN MARIA PACHECO – Eu gostaria de cumprimentar todos os Vereadores presentes e os não presentes; todos os sindicatos que aqui estão representando os funcionários públicos e diretamente representando a população desta cidade; e também os demais profissionais que estejam presentes e pessoas que se importam com o que acontece realmente na cidade de São Paulo.

Preciso começar dizendo que nós não precisaríamos estar aqui hoje. Esse projeto foi proposto e já não deveria ter passado na Comissão de Constituição e Justiça, dadas todas as colocações de ilegalidade que foram expostas aqui; e tem muito mais, não só esses dados ilegais e inconstitucionais. No projeto está previsto por exemplo que os profissionais de educação possam optar por fazer parte dessa gestão compartilhada. Como assim “optar por fazer parte da gestão compartilhada”? Nossa função está extremamente definida quando nós prestamos um concurso público e assumimos a responsabilidade de sermos servidores públicos. Nós diretores do Sinpeem visitamos diariamente todas as escolas da cidade de São Paulo. Nós estamos no chão das escolas e nós sabemos muito bem quais são as suas dificuldades, porque elas existem. Nós não estamos aqui em momento algum dizendo que a escola pública é perfeita. O que nós temos que colocar aqui em discussão é o porquê ela não é perfeita, o que não permite que ela seja perfeita. (Palmas)

E, com certeza, não é por causa de seus profissionais, que se dedicam integralmente ao seu trabalho. Inclusive temos que lembrar que principalmente os gestores foram obrigados a ficar nas suas unidades porque as escolas públicas são referências para a população. E, como referência, fizemos o nosso papel e continuamos fazendo. Então, é lamentável quando se ouve aqui um Vereador dizer que é oriundo da escola pública. Acho que aí está o nosso erro. Acho que aí sim nós podemos sentir fracasso quando um Vereador oriundo da escola pública tem coragem de chegar aqui e cuspir no prato que comeu, porque toda a sua formação veio da escola pública. E, diferente do que ele próprio coloca, ele é um Vereador.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Lilian, encerrando.

A SRA. LILIAN MARIA PACHECO – Já estou concluindo, Vereador, por gentileza.

E quantos e quantos alunos da escola pública, dependendo da gestão, conseguiram chegar à universidade e ter suas formações concluídas? Então, onde está o erro? O erro está na gestão das escolas ou o erro está na gestão da verba pública que tem que ser destinada à escola pública e não ser terceirizada, como está sendo proposto por esse projeto? (Palmas)

Além disso, gostaria só de destacar que quando a Vereadora diz que o pai vai ter alternativa, a criança que entra na escola pública é diferente da criança da particular, sim, porque essa criança, quando entra, vem com fome, vem com uma carga social muito pesada. Isso é diferente, sim. E o profissional de educação que acolhe essa criança tem que ter outro olhar, sim. Tem que ter o olhar social, que, infelizmente, falta a esses Vereadores que assinam um projeto desse. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Obrigado.

Próxima inscrita, Nelice Pompeu, do movimento Escolas em Luta.

A SRA. NELICE POMPEU – Boa tarde a todos, a todas e a todes.

Parabéns, professor Eliseu, pela iniciativa de mais uma audiência contrária a essa aberração que é esse projeto de privatização.

Sou professora da escola pública, estou no chão da escola há mais de 30 anos, faço parte do movimento Escolas em Luta e também sou mãe de escola pública da periferia. Não vi nenhum desses defensores do projeto em nenhum local de escola da periferia. Quando eles vão, é para tirar foto para ter like; só que para conhecer a realidade do chão da escola, eles nunca estiveram. Inclusive eu queria falar para a Katiene, que se apresentou como ex-professora da escola pública, que ela passou algumas informações, algumas distorções que não condizem. Não sei de que escola ela era, mas ela passou algumas coisas que a gente sabe que não acontecem na prática nas escolas. Ela citou o termo “competição”. O meu filho, sendo aluno de escola pública, eu não quero uma escola que prepare ele para competir. Eu quero ele com caráter, sendo uma pessoa mais humana, até para evitar que ele seja um futuro Rubinho ou

Holiday. (Palmas)

Quero também passar um recado para o Holiday. Não sei se eles continuam na sala, ou a Cris Monteiro, ou o Rubinho, que estava todo escandaloso e histérico. Porque esse pessoal, eles têm fetiches, eles têm uma compulsão em atacar os profissionais, os servidores. Só que na hora de escutar, onde estão eles? O Rubinho e o Holiday estão dizendo – principalmente o Holiday, que falei agora há pouco – que quem é contra o projeto quer dizer que é vagabundo. Holiday, quer dizer que Schneider, Fernando Cássio, Vitor Paro, Selma Rocha, Daniel Cara e até a OAB Direitos Humanos são todos vagabundos também? Esse é o melhor argumento que você tem?

E a outra, também, que é candidata do Partido Novo, a Marina Helena, que disse que quem paga escola tem mais direitos do que as mães de escolas públicas. Ela é uma desconhecedora, inclusive, do artigo 5º da Constituição, que diz que todos nós somos iguais perante a lei, independente da condição financeira. Isso, sim, é um fracasso. É uma pessoa que diz representar os interesses, indo contra a população. Porque o Partido Novo – a que pertencem os autores desse projeto -, é bom lembrar, votou contra o auxílio emergencial, contra a Convenção de Combate ao Racismo, contra o auxílio para o setor da cultura e foi contra o Fundeb.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) – Nelice, um minuto.

A SRA. NELICE POMPEU – E, agora, eles vêm dizer que estão preocupados com a população mais carente? É com esse tipo de preocupação – e já estou concluindo – que também nós não somos cobaias para nenhum projeto experimental. Na educação municipal de São Paulo, nós temos um legado, temos uma história, temos um plano de carreiras instituído por Paulo Freire. Nós não merecemos ser tratados como lixo para empresários de educação que só visam lucro.

Esse projeto tem que ser retirado. Ele não tinha nem que ter sido apresentado na Câmara, porque são interesses duvidosos. Quem falou hoje aqui a favor do projeto inclusive nem de São Paulo é. Uma das pessoas lá de Porto Alegre defendeu essa forma de sistema. Inclusive

estão sendo investigados por desvio de recursos. Os modelos de privatização e terceirização, em São Paulo, levam ao caos, à máfia e a atrasos salariais, e não é isso que a gente quer nas nossas escolas públicas.

Por isso, eu faço um apelo: Esse projeto tem que ser derrotado, como todos esses inimigos da população de São Paulo e inimigos de servidores. Se são vagabundos, são eles. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Tem a palavra a Sra. Lira, do Sindsep.

A SRA. LIRA ALLI – Boa tarde.

Meu nome é Lira. Eu sou professora de Artes e sou diretora do Sindsep. Ser professor e sindicalista não é uma contradição. Inclusive, contradição é defender Educação e não lutar por ela; é ser professor e não estar na luta em defesa da educação pública.

A gente passou duas audiências aqui ouvindo centenas de argumentos sobre o porquê desse projeto de lei não fazer nenhum sentido. A gente ouviu argumentos jurídicos, legais, financeiros, econômicos, pedagógicos, democráticos e técnicos-científicos. A gente escutou argumentos de todos os tipos, que demonstram que o PL 573 não tem consistência. A única coisa que justifica o PL 573 é um projeto de privatização dos serviços públicos, é um projeto de genocídio e morte do povo, porque quem quer privatizar os serviços públicos acha que há gente que tem valor e há gente que tem menos valor, acha que há gente que não merece a mesma coisa, acha que há gente que é cidadão de segunda categoria; e o que a gente está falando aqui é o PL 573 faz parte do mesmo projeto que terceirizou a limpeza e a merenda nas escolas e trata essas trabalhadoras hoje com empregos sem dignidade, em condições subumanas. (Palmas)

É o mesmo projeto que permite que, na valorização *fake* do serviço público do 428, o quadro de apoio, que sem ninguém abrindo o portão da escola e sem ninguém na secretaria, a escola não existe; e o quadro de apoio tem um aumento irrisório médio de cem reais. O que cem reais fazem frente à inflação do que a gente está vivendo? Nada. A desvalorização completa faz parte do mesmo projeto, faz parte do mesmo projeto o que transformou os direitos ao material

escolar e ao uniforme em aplicativos de celular que não funcionam e que, com certeza, estão dando dinheiro para alguém. É o mesmo projeto. (Palmas)

É um projeto de destruição, é um projeto de morte para os filhos da classe trabalhadora. É o mesmo projeto que há duas semanas fez uma aluna minha desmaiar de fome, porque não tinha comida antes de ir para a escola. É o mesmo projeto que, nessa semana, uma aluna minha me contou e me mostrou que está se cortando, porque ela não tem perspectiva de vida, porque tiraram a perspectiva de vida dos filhos da classe trabalhadora, ao acabar com o emprego, ao aumentar a inflação e ao destruir as políticas públicas; e a gente não pode aceitar isso. (Palmas)

A gente não vai aceitar isso calado. A gente não vai aceitar esse projeto genocida, porque a gente é mais forte que isso, porque o nosso povo tem garra, o nosso povo tem força e o nosso povo segue lutando. Vêm me falar de modernização. Fizeram um novo SGP. Quem é da rede sabe. Não funciona. A cidade mais rica do país não consegue ter um sistema - para colocar as notas e as faltas - que funcione. Não funciona. Como se moderniza desse jeito? Não se moderniza, só destroem, destroem, destroem. Falta gestão? Falta, falta gestão pública, falta gestão de políticas públicas, falta um Prefeito decente nesta cidade. E eu vou dizer mais uma coisa: Falta a maior parte dos Vereadores desta Casa se posicionarem, porque a nossa oposição está aqui se posicionando, Vereador Eliseu Gabriel e uns poucos que se posicionaram ao nosso lado. Há uns meninos mimados, que estão ali, posicionando-se e falando umas besteiras, mas a maior parte desta Câmara infelizmente está silenciosa a respeito desse projeto.

Então, o nosso desafio - além da Comissão de Educação, em aprovar esse parecer desfavorável ao PL 573 - é a gente se organizar, porque só com organização política, só com organização de classe, só com pressão em cima do centrão silencioso é que a gente vai garantir que o PL 573 seja enterrado, e que a gente parta para um futuro com mais políticas públicas e não com essa destruição devastadora. É isso.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Tem a palavra a Sra. Érica Thaís.

A SRA. ERIKA THAIS – Boa tarde a todos aqui presentes.

Eu sou uma mãe, fruto da escola pública, filha de faxineira e de controlador de acesso. Tenho futuro sim. Sou formada como gestão de seguros e previdência, recentemente como técnica de segurança do trabalho, sou bilíngue e tenho um filho, na rede pública, que me orgulha muito. Não entendi aonde a Vereadora quer chegar. A todos aqui, digo que eu tenho futuro e meu filho é futuro. Na rede pública, meu filho brinca com a professora dentro de sala de aula como falar em Libras e é o maior orgulho do meu filho. Tem problemas psicológicos e ele foi acolhido grandemente. Como eu sei, algumas escolas particulares me cobrariam absurdos. Não sou fábrica de fracasso. (Palmas)

Levantei cedo, coloquei o meu filho menor na creche, coloquei o meu filho na perua para ir para a escola. Meu marido, como um trabalhador, recebeu, trocou de perua e foi para o CCA, que também é público. E não é por isso que eu sou menosprezada. Estou aqui pelo direito do Estatuto da Criança, que diz que toda criança tem direito à educação de qualidade. (Palmas)

E é isso que eu tenho hoje. Não nego a vocês. A privatização do SUS, cadê? O meu filho está na fila de espera há dois anos para uma qualidade psicológica. Se não fossem as nossas professoras, onde ele estaria? Entendeu? Aí eu pergunto: “Ela se retirou, todos se retiraram, mas eu quero que eles me respondam, se possível: “Quem são vocês?” Não sou melhor e não são piores que eu.

Eu agradeço a fala, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Muito bom.

Tem a palavra a Sra. Cida Perez, que foi Secretária de Educação no município.
(Palmas)

A SRA. MARIA APARECIDA PEREZ – Boa tarde a todos.

Cumprimento a Mesa em nome do Eliseu. Foi um bom professor que nos formou, e estamos aqui juntos na mesma luta. Eu queria começar falando: “Se quem paga tem mais direito que os outros, o trabalhador, os operários, todos os munícipes têm muito mais direito, porque eles pagam tributos nesta cidade.”

Como a Selma lembrou, são quem mais paga. Então, mais direitos têm. É muito mais de quem pode pagar uma escola pública, uma escola particular hoje em dia. E se eu hoje estivesse, na secretaria, e fosse apresentado um projeto como esse, eu pegaria minha trouxa e iria embora para casa, porque esse é um atestado de fracasso para o gestor público, ele aceitar que seja colocado ele como responsável por um sistema, tendo um projeto político, falando: “Vamos entregar para a gestão privada”. É desmerecer o diretor da escola, é desmerecer o professor e todos os profissionais que ali estão, porque existe um projeto político, um projeto político em que o Secretário e sua equipe são responsáveis em implementar. Não é culpa de um ou de outro. É muito fácil transferir culpa desse jeito. Não está indo bem, a culpa é lá de baixo. D. Joélia é que não seja. A Lira que está aqui hoje não está na sala de aula. Eu vou transferindo as culpas. É a Meire que se aposentou antes da hora. A gente vai passando a culpa. Não, eu estou brincando com você.

Mas é isso. Não é um problema de gestão, não é um problema da escola, mas é um projeto político, e a gente pode reparar que a gente foi avançando sim, independente do que foi falado pelos Vereadores que se retiraram, de uma forma mal-educada, porque quiseram ser ouvidos, mas não querem escutar os argumentos, é que a educação pública no Brasil foi avançando.

E nós não podemos esquecer que só no final dos anos 90 é que a escola ficou pública para valer, quando nós aumentamos o acesso das crianças. De lá para cá, temos avançado em como melhorar a qualidade da Educação, o que é que vai ser ofertado. Uma gestão atual que temos aqui em São Paulo, que não consegue gastar os recursos da Educação, sendo que a escola, na época de pandemia, foi bem cansativa. Todos nós cansamos de apontar o que a escola precisava para melhorar. Cadê o investimento em mais escolas para que pudéssemos ter escolas de educação integral na Cidade, espaços mais qualificados, material decente, e não aqueles - como a colega colocou aqui - que não funcionam, que é uma brincadeira dizer que tem *laptop* na escola, que tem computador para todo mundo. Nem livros mais estão sendo comprados para atualizar a bibliografia que está nas salas de leitura. Cadê a formação para os professores,

a formação continuada?

E daí queremos cobrar qualidade, como é que se melhora a qualidade, e como é que se mede essa qualidade? Porque o Brasil tem avançado muito nisso. Falta? Falta sim, mas comparar a escola pública com algumas poucas escolas que eles falam que são as melhores; aliás, tem um pessoal que gosta de ficar citando o Bandeirantes, claro que se eu pudesse gerir uma rede que, em vez de um milhão e poucos de alunos, dois milhões que tenha só mil, sei lá, nem mil, é bem diferente. Há uma diferença, não é? Vamos ver como eu faço, como vou suprir a alimentação.

Uma coisa que a Vereadora repete sempre: serão as escolas que estão na periferia que serão as primeiras a ter gestão privatizada, quem é que vai garantir o acesso, quem vai garantir a permanência, como é feito hoje que é obrigação do serviço público com alimentação com material escolar, com transporte escolar, com uniforme para que essa criança não seja diferenciada, quais são as questões de segurança que serão dadas. Isso tudo ninguém responde.

Porque, vejam, eu duvido que um gestor de uma escola privada, dessas que eles consideram com sucesso, vão querer ir lá para o fundão. Vão lá para M'Boi Mirim, para Parelheiros? Eles não vão. Duvido que consigam levar professores, como nós levamos, nessas regiões. Com concurso, com a qualificação. Tem problema de falta de pessoal, mas vamos olhar os problemas que todos nós enfrentamos no dia a dia.

É o que a Ana falou: nós entramos na sala de aula, damos um sorriso, muitas vezes chegamos com vários problemas, com vontade de chutar a canela de todo mundo e não podemos fazer isso. Não temos com quem dividir o problema, não temos para quem transferir o nosso problema. E é essa gestão pública que tem de se fazer presente. Nós temos de ter um projeto político claro que leve à educação a melhorar na cidade de São Paulo, e não com subterfúgios. A nossa questão não é mais de acesso, as nossas crianças já estão na rede pública. Temos de garantir a permanência e melhorar a qualidade. Temos de ir atrás do que está nos faltando, e não continuar desclassificando quem na escola pública trabalha.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - A Soraya é a próxima. Vai falar um minuto.

Ela prometeu um minuto só.

A SRA. SORAYA - Na realidade, eu quis, trazendo o Paulo Freire no peito, dizer que foi ele foi um educador - e é ainda - que continua irradiando qualidade, dimensão política e compromisso na luta pela defesa da escola pública de qualidade social e democrática.

Então, em razão disso, estou aqui me congratulando fortemente com a Comissão de Educação, que vem realizando audiências públicas, que vem ouvindo os professores e trabalhadores da educação e que tem acompanhado o quanto o desmonte das escolas públicas depende da falta de ação que esse governo tem.

Então em virtude disso, e acabando meu um minuto, quero dizer para todos e todas que falem comigo: "não ao PL 573!". Nós não queremos que a escola pública seja dividida com gente que não conhece a escola. Vamos apoiar o Crece Central, os Creces locais, e a nossa escola que tem sido, com gestão compartilhada, no Conselho de Escola. É disso que nós estamos falando.

Muito obrigada, Vereador Eliseu Gabriel. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Bom, é o seguinte: vou fazer umas colocações rápidas nesse momento. Quero ler o artigo 10 desse projeto de lei para entendermos que não é uma questão de trocar gerente "vamos trocar o gerente porque vai ser melhor, vai ser melhor a privatizada do que a pública, porque são mais ágeis". Mas, esperem um pouco, vem aqui no artigo 10: "As Organizações Sociais terão liberdade para estruturar a matriz curricular, o projeto político pedagógico, as metodologias de ensino e organização escolar, assim como os materiais pedagógicos da escola assistida, desde que aprovados pela Secretaria...", até parece que a Secretaria não vai aprovar, não é?

Continuando: "...assim como estabelecer a carga horária da escola, desde que obedeça ao mínimo previsto na legislação", realmente eles cumprem a lei, que bonzinhos.

Depois, no artigo 11: "As Organizações Sociais terão autonomia para montar e gerir

o time de professores, diretores, vice-diretores, e secretários" - até os secretários - "da instituição assistida, conforme a lei ..." não sei o quê.

E assim, mais: "Os funcionários efetivos das escolas, geridas pela Organização Social, poderão pleitear o ingresso no modelo de gestão e contratação da Organização Social, parceira, ou , para aqueles que não queiram se submeter ao novo regime de contratação, proposto pela Organização Social, poderão solicitar remoção para outra instituição pública municipal", não é nem escola. Entenderam?

Então não é algo ingênuo "Vamos então fazer uma.. ah, porque, o estado, as coisas não andam, vamos privatizar porque a gestão vai ser melhor". Não é isso. É algo carregado de ideologia. É carregada de ideologia, é um desmonte da educação pública como nós entendemos educação pública. É meritocracia, é *ranking* de ver que escola é melhor, é teste de não sei o quê, percebem?

É o desmonte do que nós entendemos como educação. Nem as escolas privadas fazem isso que eles querem fazer. As escolas privadas têm uma gestão administrativa privada, mas a gestão pedagógica não tem os princípios que norteiam as empresas. A ideologia de uma empresa que tem de dar lucro num curto prazo; que tem isso; que tem de cumprir aquilo; a ideia de mercado. Nenhuma escola privada que eu conheça faz a gestão pedagógica como eles querem fazer, ou seja, gestão privada dentro dos princípios empresariais. Quer dizer: é o fim da picada.

Então eu quero dizer para vocês uma coisa. Existe, nos Estados Unidos, eles tentaram fazer isso, no início da década de 90. Tenho um livro escrito pela Daiane Ravitch, que recomendo que vocês leiam. Vejam o nome do livro, e ela foi uma das coordenadoras desse projeto, uma das mais importantes: *Vida e Morte do Grande Sistema Escolar Americano - Como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a Educação*. Vejam só, é uma pessoa ligada ao Partido Republicano e outro também ligado ao Partido Democrata, estavam juntos, os dois juntos nesse processo, e ela simplesmente faz uma análise demolidora do que é a ideologia de mercado dentro do processo educacional.

Portanto, não é algo ingênuo, não é algo de se mudar de gestão estadual, estatal que seja, para privada, não é só isso, é uma carga ideológica que está por trás disso na formação das crianças. Então é isso que estamos atentos. Isso não vai passar. Nós vamos derrotar esse projeto. (Palmas)

E quero dizer para vocês, é fundamental a mobilização; fundamental conseguirmos mudar esse vento fascistóide que passa pelo Brasil. Em outubro de 2022 temos de mudar isso.

- Manifestação na plateia.

O SR. PRESIDENTE (Eliseu Gabriel) - Está encerrada nossa audiência.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE REGISTRO PARLAMENTAR E REVISÃO – SGP.4
NOTAS TAQUIGRÁFICAS SEM REVISÃO

REUNIÃO: **19444** DATA: **19/08/2022** FL: **72** DE 72
